

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**BRUNO ESCALANTE FERREIRA**

**“AINDA NÃO É O PRATA E JÁ NÃO É, TAMPOUCO, O BRASIL”: UMA ANÁLISE  
DA ESCRITA DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL DE JOÃO PINTO DA  
SILVA**

**Jaguarão  
2016**

**BRUNO ESCALANTE FERREIRA**

**“AINDA NÃO É O PRATA E JÁ NÃO É, TAMPOUCO, O BRASIL”: UMA ANÁLISE  
DA ESCRITA DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL DE JOÃO PINTO DA  
SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Renata Dal Sasso Freitas

**Jaguarão  
2016**

**BRUNO ESCALANTE FERREIRA**

**“AINDA NÃO É O PRATA E JÁ NÃO É, TAMPOUCO, O BRASIL”: UMA ANÁLISE  
DA ESCRITA DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL DE JOÃO PINTO DA  
SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História –  
Licenciatura da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciado em  
História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Renata Dal Sasso Freitas  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira  
UNIPAMPA

---

Prof. Ms. Juliano Francesco Antoniolli  
PPGHIS - UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço imensamente à minha mãe e à minha irmã por todo amor e carinho. Apesar de tudo, sempre me apoiam e me incentivam a seguir os estudos. Por isso, todo o meu esforço é por vocês. Todas as minhas conquistas somente acontecem porque vocês estão ao meu lado. Amo muito vocês!

Agradeço também aos colegas de graduação por todos esses anos de risos, expectativas, companheirismo ao compartilhar o nervosismo antes das avaliações e as experiências (frustrantes ou não) em relação aos estágios. Foi ótimo ter conhecido todos vocês.

Meus agradecimentos se estendem à professora Cássia, que proporcionou minha iniciação à pesquisa e sempre acreditou na minha capacidade.

À professora Renata, que orientou meu trabalho, dedico meus sinceros agradecimentos, por inúmeras vezes ter sido paciente comigo e por sempre elogiar o meu texto, gerando mais ânimo em mim para seguir adiante e concluir o meu trabalho.

Muito obrigado a todos!

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Marc Bloch

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande* (1930) escrito por João Pinto da Silva, observando as estratégias narrativas utilizadas pelo autor na composição de seu texto. Reconhecido crítico literário, Silva transitou entre a Literatura e a História, participando como membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e contribuindo para a formação de uma identidade para o estado através de seu passado. No contexto da Primeira República (1889-1930), São Paulo e Minas Gerais tinham papel de destaque no cenário nacional. O Rio Grande do Sul visava a uma inserção nesse meio e, para tanto, construiu, a partir dos intelectuais, discursos que o caracterizavam como um estado expoente no Brasil. Inserido nesse contexto, João Pinto da Silva escreveu seu livro integrando a região sulina à nação, analisando fontes e interpretando-as conforme suas perspectivas sociais e políticas. Dessa maneira, Silva articulou seus ardis como escritor na construção de uma narrativa histórica de integração do Rio Grande do Sul ao Brasil.

Palavras-Chave: historiografia; história do Rio Grande do Sul; João Pinto da Silva.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the book *The Province of São Pedro - interpretation of the history of Rio Grande* (1930) written by João Pinto da Silva, observing the narrative strategies used by the author in the composition of his text. A well-known literary critic, Silva moved between Literature and History, participating as a founding member of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul and contributing to the formation of an identity for the state through its past. In the context of the First Republic (1889-1930), São Paulo and Minas Gerais played a prominent role on the national scene. Rio Grande do Sul aimed at an insertion in this environment and, for that, constructed, from intellectuals, speeches that characterized it as an exponent state in Brazil. Inserted in this context, João Pinto da Silva wrote his book integrating the southern region to the nation, analyzing sources and interpreting them according to their social and political perspectives. In this way, Silva articulated his ruses as a writer in the construction of a narrative history of integration of Rio Grande do Sul to Brazil.

Keywords: historiography; History of Rio Grande do Sul; João Pinto da Silva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.ENTRE AS TRAMAS DA NARRATIVA .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 História e Literatura .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 O regionalismo.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3 A crítica literária.....</b>	<b>25</b>
<b>2. JOÃO PINTO DA SILVA HISTORIADOR: O IHGRGS .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Um lugar social .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 O Instituto.....</b>	<b>32</b>
<b>3. A ESCRITA DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Questões introdutórias .....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 A paisagem, o personagem, o patriotismo .....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 A Revolução Farroupilha .....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O processo de construção da identidade do Rio Grande do Sul foi um dos principais interesses dos lettrados sulinos no final do século XIX e, em grande parte, no século XX. Essa identidade não foi estável nem homogênea, mas sim permeada de discursos dissociados que buscavam impor uma representação do gaúcho para o resto do Brasil.

Tanto a História quanto a Literatura, áreas de estudo que auxiliaram na construção das identidades sociais, contribuíram para a formação da imagem do Rio Grande do Sul para o Brasil, como também para seus habitantes. Inúmeras publicações demonstram esse esforço dos intelectuais sul-rio-grandenses em fornecer um projeto de representação do ser gaúcho.

A Literatura, adepta da perspectiva do regionalismo, forjava enredos que valorizavam a paisagem, as pessoas e a cultura do Rio Grande do Sul. Em cada frase dos textos literários, havia uma preocupação em como organizar as palavras para que dessem sentido a esse projeto maior. A identidade regional ligada a uma identidade nacional começou a ser forjada a partir da crítica literária. Assim sendo, autores empreenderam uma análise das letras sul-rio-grandenses como participantes na contribuição de uma intelectualidade nacional, superando, portanto, a possível característica de isolamento do estado sulino perante o país. A Literatura, àquela época, atribuía, em sua definição, não somente um caráter artístico, mas também uma ciência de cunho sociológico, em que demonstrava narrativas explicativas da construção e da organização do mundo. Logo, as pautas da identidade regional e da identidade nacional eram essencialmente expostas nos textos literários como forma de projetar tal sentimento à comunidade leitora.

Essa intenção, contudo, não foi inócuia, mas sim perpassada por ideias políticas que objetivavam intervir na construção de um novo país. Após a Proclamação da República, os estados de São Paulo e Minas Gerais assumiram papel de destaque na economia e na política nacionais. A elite gaúcha percebia isso com elevada preocupação, pois via seu poder ser reduzido diante das potências brasileiras. Nesse ínterim, surgiu um projeto de valorização do Rio Grande do Sul, em que os resultados contribuiriam para a representação do estado como uma localidade genuinamente brasileira e a serviço da construção do futuro magnânimo do país.

Entre os críticos literários que adquiriram notabilidade nas primeiras décadas do século XX está João Pinto da Silva. Nascido na cidade de Jaguarão no ano de 1889, onde exerceu atividades jornalísticas, fundando e dirigindo o periódico *Liberdade*, João Pinto da Silva formou-se em Direito, exercendo cargo de promotor público em sua cidade natal. Após

a carreira jurídica, mudou-se para Porto Alegre, tornando-se funcionário público e trabalhando como secretário dos presidentes do estado Antônio Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Em 1930, passou a exercer um cargo no Ministério do Trabalho durante o período Vargas. Atuou como diplomata na Suíça, onde faleceu em 1950<sup>1</sup>.

Entre suas primeiras obras constam os livros de crônicas *Bolhas de Espumas* (1920) e de poesia *Estalactites* (1910), além de *Vultos do meu caminho* (1918), dedicado à análise de obras de escritores gaúchos. Na década de 1920, João Pinto da Silva se destacou pela sua obra *História Literária do Rio Grande do Sul*, de 1924, tendo, inclusive, sido premiado pela Academia Brasileira de Letras<sup>2</sup>. Neste livro, o autor empreendeu a análise de diversas obras literárias regionais que intelectuais do Rio Grande do Sul já haviam produzido, objetivando construir uma identidade intelectual regional advinda do processo de formação social e cultural como explicação para essa produção. O papel da literatura, neste contexto, era divulgar as singularidades regionais e seus laços com a identidade nacional.<sup>3</sup> Assim sendo, o crítico usou o passado do Rio Grande para justificar seus levantamentos cronológicos das obras e autores do estado.

À época do lançamento da *História Literária do Rio Grande do Sul*, João Pinto da Silva já era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o qual também havia sido membro-fundador em 1920. Surgido, conforme aponta Daniela Silveira, como anseio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) de ter institutos locais que escrevessem a sua história e também auxiliassem no processo de construção de uma história nacional,<sup>4</sup> o IHGRGS foi um espaço que João Pinto da Silva integrou-se, fazendo parte na construção de representações do Rio Grande do Sul como integrante do Brasil desde sua gênese.

Na tradicional divisão da historiografia gaúcha do período de 1925 a 1975 feita por Ieda Gutfreind entre matriz platina e matriz lusitana, na qual aquela buscaria aproximações históricas do Rio Grande do Sul com a região do Prata, enquanto essa defendia a formação social e cultural sul-rio-grandense como tipicamente portuguesa, João Pinto da Silva foi

---

<sup>1</sup> MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS/IEL, 1978. P. 443-444

<sup>2</sup> A Federação, 03.03.1926, p. 5

<sup>3</sup> RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à História: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2006, P. 91

<sup>4</sup> SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe do futuro*”: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2008, p.: 11

classificado por essa autora como um intelectual que se apropriava de ambas teses na formação de seu discurso.<sup>5</sup>

Esse discurso estava intensamente inserido no contexto do entre guerras (1919-1939) quando os nacionalismos eram objeto de debate em diferentes países. Portanto, os intelectuais do Rio Grande do Sul iniciaram a articulação de uma identidade regional atrelada a uma identidade nacional, enfatizando aspectos históricos que unissem o estado do sul ao resto do Brasil. Cabe salientar que o esforço de representação da identidade regional-nacional indicava desdobramentos político-sociais que garantissem espaços para o Rio Grande do Sul ao poder nacional durante a Primeira República, embora deva se dar atenção maior às articulações simbólicas no bojo do nacionalismo<sup>6</sup>.

Percebe-se através disso o estreito vínculo que a Literatura e a História ainda mantinham no início do século XX no círculo de intelectuais do Rio Grande do Sul. João Pinto da Silva, como crítico literário, expôs essa ligação em seu trabalho mais reconhecido, *História Literária do Rio Grande do Sul*, já citado. A questão estabelecida é como o autor, reconhecidamente um crítico literário, utilizou suas intenções no estabelecimento dessa identidade regional-nacional no seu livro que não tinha como foco a Literatura gaúcha, mas sim a pretensão de interpretar os fatos do passado do Rio Grande do Sul.

O problema central deste trabalho é analisar o livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande* escrito em 1930 por João Pinto da Silva. A proposta é entender as condições da produção do conhecimento histórico nesta obra, a valorização da cultura, da região e das pessoas do Rio Grande do Sul e a intenção em fornecer uma imagem do estado sulino para o resto do Brasil.

Analizar o livro de João Pinto da Silva contribuirá para a compreensão da historiografia do Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX, pois se buscará verificar como os discursos historiográficos eram produzidos por agentes que escreviam sobre o passado com uma pauta intrinsecamente ligada a projetos sócio-políticos.

A relevância desta pesquisa é evidenciada pelo crescente número de historiadores que se dedicam à área de pesquisa da história da historiografia. Nesse ínterim, a historiografia gaúcha, como objeto de análise, torna-se um excelente instrumento para pensar as concepções

<sup>5</sup> GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. P. 26

<sup>6</sup> MARTINS, Jefferson Teles. *A questão da identidade regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico rio-grandense na década de 1920*. Santa Maria: ANPUH, 2010 (Comunicação X Encontro Estadual de História).

de História de indivíduos que escreveram sobre o passado, inseridos num contexto motivados por perspectivas sociais, políticas e econômicas.

Assim sendo, uma leitura reflexiva da obra de João Pinto da Silva permite entender os diversos matizes da História, sobretudo aquele defendido pelo autor. A análise de seu texto é importante, pois entre os historiadores pertencentes ao IHGRGS na década de 1920, suas obras são pouco estudadas, deixando, portanto, de perceber como esse intelectual concebia e utilizava a história a favor de seus ideais políticos. Embora Ieda Gutfreind, Mara Rodrigues e Letícia Nedel referenciem o autor em suas pesquisas, pouco desenvolvem sobre a produção em História de João Pinto da Silva, deixando de analisar as concepções que ele tem sobre o conhecimento histórico e em considerar detalhadamente as condições e a produção da escrita deste intelectual.

Enquanto Mara Rodrigues e Letícia Nedel citam a obra de João Pinto da Silva apenas como adendo de suas pesquisas que tratam sobre a construção de discursos sobre o passado gaúcho e o enaltecimento da cultura do estado para o país, Ieda Gutfreind dedica maior atenção aos escritos do autor, fazendo uma análise acurada da obra *História Literária do Rio Grande do Sul*, e classificando-o como interregno das matrizes historiográficas que ela propõe. Contudo, a pesquisadora não privilegia uma crítica ao livro que este trabalho objetiva estudar, renunciando à contribuição que *A Província de São Pedro* oferece aos estudos historiográficos.

Portanto, o presente estudo tem relevância ao contribuir para as crescentes pesquisas sobre a história da historiografia do Rio Grande do Sul, além de permitir uma reflexão acerca da atuação do historiador na sociedade e seu lugar de produção. A análise de obras de história produzidas em contextos e épocas distantes da contemporaneidade possibilita uma reflexão sobre o exercício profissional do historiador, permitindo pensar nos meandros que a disciplina histórica reserva, tanto ao escrever histórias quanto ao criticá-las.

A fim de embasar este estudo, utilizar-se-á como referência conceitos que abrangem o campo da pesquisa historiográfica. Nesse sentido, o conceito de *História* é percebido como um importante referencial para compreender o objeto deste trabalho. Logo, a historicidade desse termo e os possíveis usos que João Pinto da Silva fez dele serão considerados na composição da pesquisa. Para tanto, analisar o conceito e sua historicidade mais recente é um dos objetivos deste trabalho.

O conhecimento histórico, desde a Idade Média, era repleto de motes advindos da *Historia magistra vitae*, em que haveria uma possibilidade de compreensão prévia de todas as práticas humanas, pois estas seriam ancoradas em exemplos do passado. É Reinhart Koselleck que lembra o processo pelo qual o conceito se afirmou.

Até o século XVIII, o emprego d[a] expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação d[o] *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível<sup>7</sup>.

As transformações ocorridas no século XVII, como a Revolução Inglesa, e aquelas ocorridas no século XVIII, como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, não encontravam precedentes explicativos no passado. A aceleração que ocorria no tempo diante de tantas modificações não concedia espaço a reflexões que se apoiassem na *historia magistra vitae* como interpretação do corolário dos eventos. Logo, a História foi embebida de novas visões temporais. O exemplo do passado não servia mais como fonte explicativa do presente. A razão, tão privilegiada pelos filósofos iluministas, ganhou escopo na História. O progresso, como idealização temporal futura, seria resultado da aplicabilidade racional nas ciências. A História, recentemente entrada no cadinho científico, não sairia inócuia desse contexto efervescente. A interpretação progressista alia-se à concepção temporal, cuja consequência final deriva de causas prévias. Dessa forma, os tempos passado, presente e futuro, ganham espaço na linearidade cronológica. A utilização de eventos passados não cabia mais como exemplo a ser seguido, pois o tempo não era mais aquele em que os fatos já ocorridos instruísssem no presente. A partir dessa nova concepção, o passado seria um meio de compreender o presente, e não como forma de mestre da vida ao ensinar como agir, partindo de eventos semelhantes no já acontecido.

Com o caráter moderno adquirido, a História passa a ser fundamentada nas leituras do passado conforme as questões postas no presente. As diferentes formas que constituem a leitura do tempo já transcorrido são transmitidas em uma escrita que se dispõe numa redação

---

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ed. Da PUC –Rio, 2006. Pp: 43

organizada e coerente, manifestando, implícita ou explicitamente, condições de significação para a coletividade, legitimação do presente e projetos de futuro. Os atos de escrita da História não se dissociam de projetos de sociedade em construção no presente de suas produções, contribuindo, por isso, para a análise de como os indivíduos se relacionavam com a ciência histórica. Nesse sentido, o estudo da historiografia como investigação de discursos sobre o passado faz-se numa leitura sobre as disputas referentes à representação do passado e de que maneira a resultante se efetiva no percurso de produção<sup>8</sup>.

A *História* como conceito que supõe teorias e metodologias de análise e produção de conhecimento envolve procedimentos que proporcionam obter respostas a questões que instigam à reflexão das condições humanas no presente a partir de recursos advindos do passado. Essencialmente interpretativa, a História assume a função de posição crítica ou legitimadora do tempo presente, buscando em eventos passados uma comprovação para seu texto. Quando Reinhart Koselleck situa a noção atual de História como conceito singular coletivo<sup>9</sup>, o autor não exclui as diversas facetas que essa coletividade singular pode adquirir. A formação textual que o passado, através da percepção histórica em contexto, recebe não limita o sujeito que o escreve em resignar suas intenções, seja em caráter pessoal ou grupal, quando da publicização de sua redação. Portanto, compreende-se a História como uma leitura do passado que é realizada por indivíduos que põem intrinsecamente sua subjetividade ao contemplar seleções, recursos e compromissos a quem direciona sua escrita.

Tendo como concepção as ideias apresentadas, a pesquisa será executada a partir de uma leitura crítica de cada capítulo da obra em estudo, embasada em questões teórico-metodológicas apoiadas no conceito de *operação historiográfica* de Michel de Certeau. Dessa forma, a análise foi fundamentada na compreensão de um *lugar* de produção, neste caso o IHGRGS, *práticas “científicas”*, referindo-se aos procedimentos para a constituição da obra, e na produção de uma *escrita*, resultando no livro em estudo.<sup>10</sup> O entendimento das condições da produção do conhecimento histórico perpassa em analisar o *lugar* como um ambiente que faz suas exigências ao que tange metodologias e fins propostos, bem como as *práticas* são

---

<sup>8</sup>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição da memória disciplinar*. In: História Cultural: experiências de pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento (Org.) et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. P. 23

<sup>9</sup> Segundo Koselleck, a característica singular coletiva da História designa um conjunto de acontecimentos que se relacionam e que cada um desses acontecimentos, para ser comprehensível, necessita ser considerada em um conjunto maior de contextualização. Op. Cit.

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro. 2 ed. Forense Universitária, 2008.

acionadas por meio de usos das fontes históricas, além da *escrita* ser vista como uma estratégia explicativa e narrativa do objeto estudado.

A fim de compreender o livro em análise como instrumento no discurso de integração histórica do Rio Grande do Sul ao Brasil, as ideias de *nação* e *região* serão tratadas como representações sociais que oferecem significado ao mundo, participando da construção da realidade ao referirem padrões de referência identitária que produzem sensações de pertencimento. A invenção da nação se dá com e apesar das regiões que existem no país, isto é, a nação é elaborada como uma dimensão agregadora, acima da existência do regional<sup>11</sup>. Todavia, a nação reconhece a região como uma ligação de primeiro nível no sentimento de pertencimento, como forma de afirmação de um consenso da unidade maior em que a região se insere.

Ademais, a *nação* será vista como uma comunidade imaginada, conforme a proposição de Benedict Anderson. A comunidade imaginada é o resultado de um conjunto de sentimentos e objetivos que um determinado povo projeta para si. O imaginário tem um papel essencial nesse processo, pois possibilita o desenvolvimento de sensações de pertencimento a algo remoto no tempo, em que a articulação do lembrar e esquecer são partes intrínsecas à formação da nação. Relacionado a isso, a língua impressa teria um protagonismo fundamental no que tange ao discurso de uma verdade primordial, já que unifica a leitura e a manutenção de uma antiguidade comum, exercícios estes que não se dissociam da criação do sentimento de pertencer a uma comunidade em comum, a nação. Logo, não somente o material divulgado nos periódicos teria papel central na difusão da nação, mas também a Literatura e a História exerçeriam elementos de relevância na construção do imaginário da nação. Para este trabalho, importará compreender como um livro de História da região sul do Brasil, construiu essa ideia de pertencimento e integração a um todo maior (nação).

Já o conceito de *região* será utilizado de acordo com a definição de Pierre Bourdieu, isto é, como categoria que classifica o espaço como um campo de lutas pela definição de propriedades e sinais ligados à origem, relacionados a determinados lugares de origem<sup>12</sup>. Letícia Nedel relembra que a região, analisada historicamente, é uma derivação do processo

---

<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro”* (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: História Cultural: experiências de pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento (Org.) et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação - Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989 Pp. 107- 132.

de construção dos estados nacionais. O regionalismo<sup>13</sup>, como fenômeno que planeja uma identidade comum a sujeitos e áreas heterogêneas, atuaria como mediador à nação e também como subterfúgio nas disputas com as outras unidades políticas junto ao poder central<sup>14</sup>.

Assim sendo, irei analisar o livro de João Pinto da Silva não como intercessor entre as duas matrizes historiográficas que balizaram o estudo do Rio Grande do Sul; mas como uma produção historiográfica que destaca o vanguardismo político do Rio Grande do Sul e seu esforço de integração à causa nacional como uma contribuição a sua identidade brasileira.

---

<sup>13</sup> Regionalismo é entendido aqui conforme Joseph Love como um comportamento político vinculado às elites, aceitando a nação desde que garanta o favoritismo econômico e o patronato político da nação, mesmo que correndo riscos. Ver mais no capítulo 1.

<sup>14</sup> NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Brasília, 2005. P. 3

## 1. ENTRE AS TRAMAS DA NARRATIVA

Em 1920, João Pinto da Silva escrevia em um artigo do jornal *A Federação*, uma análise crítica à escrita de Oscar Wilde<sup>15</sup>. Apesar de reprovar a conduta moral do autor, Silva acreditava que “a pyrothecnia vocabular” era a responsável pela “gloria e os triumphos mais mundanos” dos domínios desse escritor com a arte do paradoxo. O crítico também concebeu uma possível influência da literatura francesa ao traçar paralelos com a obra de Oscar Wilde e autores franceses como Gustave Flaubert, pondo Wilde como um dos mais destacados escritores do Reino Unido.

Escrevendo sobre a vida de Wilde e tecendo elogiosas críticas ao autor, João Pinto da Silva demonstrava uma eloquência de grande nível ao trazer um julgamento sobre a composição do escritor irlandês. Segundo Paul Van Tieghem, a crítica literária surge após uma vasta leitura em que se dedica reflexão e julgamento concernente à obra, buscando entender o que o incomoda e o que o encanta<sup>16</sup>. Dessa forma, é possível presumir a trajetória intelectual de Silva e seu acúmulo de conhecimento na área das letras.

O labor da crítica literária era uma das principais contribuições de Silva ao periódico. Além da publicação no jornal, o autor, entre seus livros, lançou um volume dedicado a uma reunião de suas crônicas, intitulado *Bolhas de Espumas* (1920), bem como aqueles que contribuíram para o desenvolvimento da crítica literária brasileira, como *Vultos do meu caminho* (1918), e a crítica literária gaúcha como em *Fisionomia dos Novos* (1922)<sup>17</sup>. Reconhecido nessa área, João Pinto da Silva logrou receber de seus pares as maiores congratulações a respeito desse trabalho intelectual.

Entretanto, há uma relação entre as obras de história de João Pinto da Silva e suas obras de crítica literária? Qual a concepção de história e literatura naquele contexto? Quais são os usos que João Pinto da Silva faz de ambas as práticas?

Neste capítulo, proponho verificar os usos da História e da Literatura no início do século XX, suas aproximações e seus distanciamentos, bem como as possíveis vertentes adotadas por Silva e sua aproximação com a perspectiva do regionalismo. Nesse ínterim, cabe realçar as ferramentas que eram utilizadas na produção escrita da história e da literatura e que

<sup>15</sup> A Federação. Porto Alegre. 12 de julho de 1920. Pag. 1 Ano 27

<sup>16</sup> TIEGHEM, Paul Van. *Crítica literária, história literária, literatura comparada*. In: Coutinho, Eduardo F. & Carvalhal, Tania Franco (Orgs.). Literatura comparada: textos fundadores – Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 2<sup>a</sup> ed. P. 101.

<sup>17</sup> BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Do simbolismo ao modernismo*. In: A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo. Porto Alegre. Edipucrs, 1997 Pp. 153-154

relações de semelhanças e contraposição foram estabelecidas por essas áreas, principalmente na crítica literária, onde João Pinto da Silva mais se destacou.

### **1.1 História e Literatura**

Ao estudar a imaginação histórica da Europa oitocentista, Hayden White considerou analisar o trabalho histórico como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os”<sup>18</sup>. Dessa forma, o autor vislumbrou a possibilidade de encontrar na redação dos textos de historiadores chaves explicativas para suas reflexões históricas. Pondo na escrita o caráter central de sua análise, White delimitou na construção da narrativa dos eventos passados seu objeto de estudo.

A narrativa histórica, para White, é semelhante a estruturas verbais que refletiriam as perspectivas históricas e seus processos. A obra de um historiador seria arranjada por uma rede conceitual usada para explicar as mesmas informações, mas de maneiras diferentes<sup>19</sup>. Assim sendo, o uso da linguagem escrita promoveria, através da narrativa, distintas concepções elucidativas para um mesmo tema.

Ao entrar no eixo de análise da construção das narrativas, White corrobora uma perspectiva há muito difundida de similaridades entre a produção do conhecimento humanístico que utiliza essa forma de manifestação escrita para expor seus resultados. Entre essas, sobressaem-se a Literatura e a História, que empregam o relato de causas e consequências na construção de seus produtos finais.

Como construções narrativas, a Literatura e a História exprimem representações do contexto social em que são escritas. Enquanto campo científico, a História mantém seus procedimentos metodológicos que aspiram a uma perspectiva de verdade, embora esta seja efêmera e questionável. A Literatura, por sua vez, não requer procedimentos que impõem análises comprobatórias, visto que a licença poética e a verossimilhança<sup>20</sup> desencarregam-na do compromisso social com a veracidade do mundo.

Utilizada como forma de expressão artística, a Literatura recompõe em si desejos, anseios temores e visões de mundo que tornam a compreensão da realidade mais facilitada a partir dos usos da palavra escrita e sua grande variedade semântica e possibilidades

---

<sup>18</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P. 18

<sup>19</sup> Id ibidem. P. 20

<sup>20</sup> Verossimilhança é entendida como a coerência entre o que ocorre e o que a lógica interna do universo imaginado possibilita que ocorra.

combinatórias. Essa palavra escrita, na Literatura, adquire um valor único ao trazer uma nova informação e novo sentido ao texto. É esta uma das formas que comunica e estabelece sentidos à vida, proporcionando a digressão do leitor e a empatia com os personagens.

Ao analisar como determinadas palavras foram historicamente construídas, Raymond Williams apreende que a palavra Literatura (*literature*)<sup>21</sup> origina-se do latim *litteratura*, referindo-se ao sentido de uma cultura refinada por meio da leitura. Derivada da raiz latina *littera* – letra (do alfabeto), uma pessoa de literatura era alguém portador de várias leituras. Williams percebe ainda a especialização do termo literatura para designar certos tipos de escrita, como a literatura criativa e literatura imaginativa, algo que no passado não ocorria uma vez que a palavra literatura assumia um caráter geral, considerando obras que não eram romances, poemas ou peças teatrais, como pertencentes à literatura. Hoje em dia, contudo, há uma firme dissociação de outros tipos de escrita – como a história – que não são comumente descritos como literatura<sup>22</sup>.

A História e a Literatura possuem suas semelhanças em suas narrativas. São textos que procuram promover um significado aos eventos respectivamente tratados. No século XIX, durante a ascensão do campo científico, estabelecem-se diferenças entre as duas narrativas e seus postulados com a verdade. Esta mais próxima da história e, consequentemente, distante da literatura, que abrange o campo da imaginação.

Considerando as relações entre História e Literatura, Mara Rodrigues lembra que as diferenças entre essas duas disciplinas foram construídas historicamente. À História, o serviço das notas de rodapé teria sido significativo no sentido de produzir a inserção de referências passíveis de verificação e de estabelecer um caráter erudito à escrita da história. Contudo, as notas de rodapé não teriam sido suficientes para garantir o pódio das ciências à História, pois seu uso variou entre os séculos XVI e XIX<sup>23</sup>.

Citando François Hartog, Rodrigues aponta que foi a preocupação da Escola dos Annales em construir um conhecimento histórico científico que forjou uma oposição à Literatura, alcançando assim sua legitimidade científica. Haveria sido durante o século XIX que a História havia buscado recursos nas ciências já estabelecidas, como as ciências naturais, na promoção de diferenciação entre a ciência e a arte<sup>24</sup> – leia-se história e literatura. Todavia,

<sup>21</sup> Faz-se necessário dizer que o livro *Palavras-chave – um vocabulário de cultura e sociedade*, de Raymond Williams, foi escrito em língua inglesa, portanto o enfoque dado às transformações conceituais é referente a este idioma.

<sup>22</sup> WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007. Pp: 254-259

<sup>23</sup> RODRIGUES, M. Op. Cit., p. 23

<sup>24</sup> Idem ibidem, p. 24

a historiadora afirma que a distinção entre ciência e arte (historiadores e literatos, respectivamente) já ocorria desde a antiguidade atingindo até o século XVIII. A narrativa da história não era vista como um empecilho na sua legitimação de diferenciação com a literatura, pois havia uma distinção entre o ato realizado no passado e a narração deste no presente. Porém, no século XVIII, a problemática entre história e literatura surge, pois a palavra história passa a aglutinar narrativa e passado, visto que este também estaria no campo do imaginado, dimensão contrária ao pressuposto científico de então<sup>25</sup>.

No Brasil, diferentemente ao que vinha acontecendo na Europa desde o século XIX, a atividade de pesquisa e escrita da história era exercida pelos mesmos intelectuais que se dedicavam à literatura, ao direito, à atividade jornalística, além das carreiras políticas. A aceitação de procedimentos comuns a ambas foi institucionalizada pelo IHGB, sendo adotada a mesma medida pelos institutos regionais<sup>26</sup>.

No século XIX, Literatura e História participavam na construção de uma comunidade imaginada que buscava tornar grupos unidos que formassem um todo capaz de reunir grupos das mais diferentes origens. Durante o período pós-independência do Brasil, surgiu um esforço de consolidação do estado nacional que foi proporcionada pela conjunção de pensar uma história brasileira e o desenvolvimento de uma literatura nacional.

Encarregaram-se desses projetos homens letRADos que se reuniam e discutiam as pesquisas nascentes que contribuiriam para o engrandecimento da nação brasileira. Com relação à pesquisa histórica, a fundação do IHGB foi um importante lugar de sistematização dos pressupostos que balizariam a produção de história. Mas os letRADos que frequentavam esse lugar dedicavam-se também à formação de uma literatura genuinamente nacional. Entre os expoentes que reuniam ambas as funções estavam Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, escritores que contribuíram para a literatura de forma ainda hoje reconhecida. A perspectiva romântica<sup>27</sup> viabilizou a criação de uma nova esfera na literatura brasileira, contribuindo, igualmente, para a produção de história, no que diz respeito à abordagem indianista.

No Rio Grande do Sul, o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) em 1861 também agrupava indivíduos que se dedicavam à história e

---

<sup>25</sup> RODRIGUES, M. op. Cit., p. 24-25

<sup>26</sup> Id ibidem, p. 25

<sup>27</sup> O Romantismo no Brasil foi um movimento literário que surgiu em 1836, valorizando o elemento nacional que procurava tornar o país independente culturalmente. As obras românticas exaltavam a liberdade de criação, os sentimentos fortes e sublimes, as grandes ações heroicas, a luta pelos grandes ideais. Nacionalistas, os românticos redescobriram a beleza do folclore, das lendas e canções populares. Estas ideias sociais e políticas forneceram uma ponte natural para as ideias românticas sobre a História, constituindo uma verdadeira empatia pelo passado e caracterizando seus personagens como idflicos agentes históricos.

à literatura. José Antônio do Valle Caldre e Fião publica *A divina pastora* em 1847, no bojo do romantismo e alguns anos anteriormente à sua filiação ao IHGPSP. Exaltando o perfil do sul-rio-grandense, Caldre e Fião contribuía para a afirmação do caráter positivo do homem sulino e, consequentemente, para a cooperação de uma causa nacional forte<sup>28</sup>. Como orador do IHGPSP, Caldre e Fião não se furtou em participar do projeto em aproximar o IHGPSPS ao IHGB, inserindo o Rio Grande do Sul no Brasil letrado do século XIX, mesmo sendo através da literatura.

Para Caldre e Fião, a reunião de letrados em torno da fundação de uma associação literária, “sempre serviria como mote inspirador, pois ações desse porte sustentavam uma crença maior pela qual valia à pena lutar: auxiliar na construção da história das nações”<sup>29</sup>. Percebe-se, assim, a participação de literatos já na primeira instituição que visava à sistematização da história do Rio Grande do Sul, demonstrando a aglutinação que esse espaço promovia de intelectuais que ora se ligavam à História, ora se ligavam à Literatura.

Não tendo logrado êxito, o IHGPSP deu margem para o surgimento de uma associação literária que reunia literatos e historiadores. O *Partenon Literário* (1868) passou a narrar os feitos do Rio Grande do Sul através de textos literários, que forjavam uma identidade a partir de um passado. Além disso, a revista da associação publicava pareceres sobre teses históricas<sup>30</sup>, afirmindo seu caráter duplo e heterogêneo em relação às letras.

Portanto, a partir da exemplificação desses espaços é possível verificar a variedade que havia nos intelectuais que reuniam em si literatura e história. No Rio Grande do Sul, um modelo da produção das narrativas literária e histórica atribuiria uma nova forma de pensar a região e a nação, enfatizando a integração do estado sulino com o Brasil. O regionalismo trouxe os elementos identitários capazes de incorporar a parte ao todo.

---

<sup>28</sup> É sintomática a publicação deste romance de Caldre e Fião, visto que o lançamento ocorreu dois anos após o término da Guerra dos Farrapos, que pretendeu a separação do Rio Grande do Sul do Império Brasileiro. No decorrer da trama, que é ambientada neste conflito, o autor encaminha o romance para a identificação da personagem principal como um monarquista, que abandona a causa republicana. Assim, o autor estabelece uma aproximação do Rio Grande do Sul com o Brasil. Cf PESAVENTO, S. op. Cit. Ver também: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2006. No capítulo 1 a autora dedica uma análise à obra de Caldre e Fião.

<sup>29</sup> BOEIRA, Luciana. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2013, P. 138- 139

<sup>30</sup> SILVEIRA, Cássia. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XX*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2008, P. 17

## 1.2 O regionalismo

Durante o período da Primeira República, houve a ascensão de discursos que buscavam valorizar a região perante a nação. Esse modelo sistemático adotado para engrandecer as qualidades de uma parte do território ficou conhecido como regionalismo.

Em sua pesquisa desenvolvida sobre a posição do Rio Grande do Sul em relação à federação, o brasilianista Joseph Love define o regionalismo “como um comportamento político que aceita a existência do Estado – Nação mais amplo, mas que procura o favoritismo econômico e o patronato político da unidade política maior, ainda que sob o risco de comprometer o próprio sistema político”<sup>31</sup>. A partir dessa conceituação, pode-se construir uma reflexão acerca do período analisado como um diálogo entre o estado do Rio Grande do Sul com a entidade nacional, percebendo os esforços políticos e culturais instituídos no estado a fim de colaborar com a promoção da região no bojo da representatividade central.

Na Primeira República, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul tinham significativa importância no que tange influência econômica e política. Em ambos os estados, as produções agrícola e industrial na década de 1920 assumiam o protagonismo na economia brasileira, detendo, entre eles a maior parte da renda recolhida pelos outros estados do Brasil<sup>32</sup>. Com isso, comprehende-se o anseio dos líderes desses estados em assumir posição de destaque na política nacional. A intenção dos líderes, segundo Love, era garantir o controle da administração federal, a fim de auxiliar as atividades econômicas do seu estado.

São Paulo e Minas Gerais sobressaíam-se economicamente no setor agrário com a exportação do café, que, àquela época, rendia mais da metade do valor total das exportações brasileiras. O Rio Grande do Sul, por sua vez, voltado menos para a exportação, estava mais interessado em garantir o mercado interno para seus produtos pastoris. O controle do Poder Executivo favorecia o estado detentor deste ao privilegiar a construção de sistemas viários que proporcionassem o escoamento de seus produtos.

A estrutura política da Primeira República permitia que o poder executivo se sobrepusesse ao Congresso, garantindo, assim, ao presidente o controle do sistema político. Como os três estados mais poderosos da federação constituíam o maior número de eleitores registrados, suas proeminências no cenário nacional eram evidentes. Utilizando-se de práticas clientelistas, as elites, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul,

---

<sup>31</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1975, p. 115

<sup>32</sup> Id ibidem, p. 117-118

promoviam sem dificuldades a indicação de eletores para a votação de seus candidatos à presidência.

Durante algum tempo, a historiografia brasileira apresentava a tese de que o protagonismo dos três estados mostrava uma discrepância que faria o Rio Grande do Sul a atuar como coadjuvante. Atualmente, estas teses vêm sendo questionadas ao indicar que a atuação conjunta de Minas e São Paulo não era uma regra, mas sim uma tendência (há inúmeras críticas a ideia da política café-com-leite<sup>33</sup>). O Rio Grande do Sul, na segunda metade da Primeira República, conforme novas pesquisas ocupou posição de destaque em pastas ministeriais, atuando, dessa maneira, de forma protagonista no cenário nacional, visto que esteve presente nos Ministérios da Fazenda, Justiça e Viação que à época detinham grande soma da receita federal<sup>34</sup>.

Juntamente às investidas políticas do estado sulino, havia uma forte construção cultural no sentido de proporcionar uma imagem autêntica da brasiliidade do Rio Grande do Sul e sua enorme capacidade de atuar diretamente na composição do Executivo nacional. Nesse contexto, surgiram importantes movimentos de gaúchos que se dedicavam à construção de um sul mais aprazível aos olhos da nação.

A literatura aparecia como um meio de representar os grupos sociais que estavam presentes nos estados. Assim sendo, autores gaúchos passaram a se utilizar de perspectivas regionalistas na escrita literária, ufanando-se do estado em recorrentes publicações. Na literatura, em especial, o regionalismo assume uma forma de engajamento em valorizar os itens representativos das regiões à nação. Além de construir elementos de identidade aos estados, a literatura regionalista contribuía para a participação política dos estados, quando fornecia subsídios para pensar a região frente à nação.

No início do século XX, inúmeras obras literárias constroem imagens sobre o Rio Grande do Sul e que ganham eco na formação de sua identidade perante o Brasil. Escritores como Simões Lopes Neto, João Fontoura, João Maia e Roque Callage esforçavam-se em passar as narrativas orais, incorporando-as à cultura estética da escrita a fim de apropriar o Rio Grande do Sul com elementos que demonstrassem seus primores culturais<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> A pesquisadora Cláudia Viscardi contesta a existência da aliança café-com-leite como o eixo de sustentação da República Velha. Para ela, mineiros e paulistas não formaram uma aliança preferencial, permanente e isenta de conflitos, sendo permeada por eventos de discordia rotineiramente. Ver VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte. Fino Traço Editora, 2012.

<sup>34</sup> LOVE, J. op. Cit., p. 128-129

<sup>35</sup> MURARI, Luciana. *A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense*. In: Revista Anos 90. Porto Alegre. V. 17, n 32. 2010, P. 163

Para tanto, ao promover a construção da cultura regionalista no estado, os autores utilizaram elementos históricos com a finalidade de tornar coerente seu projeto ideológico. Logo, buscaram um mito das origens, a articulação personagem-paisagem e eventos que tornassem o passado sulino condição *sine qua non* para a formação da identidade do Rio Grande do Sul.

Conforme aponta Anne-Marie Thiesse, o regionalismo traduz as diversidades internas da nação não como dissidência, mas sim como forma de reconhecer as variadas riquezas nacionais além de reconhecer a forma superior desta nação<sup>36</sup>. Partindo dessa concepção, ao estudar o regionalismo literário no Rio Grande do Sul, Luciana Murari percebe a característica do estado sulino nessa corrente, visto que as peculiaridades de seus processos históricos e de sua formação cultural tornavam o discurso regionalista exacerbado, a fim de demonstrar sua fidelidade ao Brasil, incorrendo em um quase nacionalismo<sup>37</sup>.

Com o objetivo de mostrar sua excepcionalidade perante os outros estados brasileiros, os letrados gaúchos amiúde transformavam a história bética e dissidente do estado em uma forma de fidelidade nacional, tornando muitos movimentos, como a Guerra dos Farrapos, em fatos de insatisfação com o governo brasileiro, mas não com a vontade de exprimir ideias separatistas, mas sim de revelar que algo havia de errado a fim de requerer um conserto.

A influência platina teria sido, segundo Murari, outro fator que exigiu um senso de sensibilidade ao trabalhar a integração do Rio Grande do Sul ao Brasil devido à sua forte presença na constituição cultural do estado. Para contornar esse impasse, os letrados utilizaram-se do mecanismo de aproximação do gaúcho ao resto do país aproximando a cultura popular gaúcha ao patrimônio literário nacional e definindo semelhanças com os indivíduos no restante do país. Uma maneira igualmente célebre foi forjar uma diferença entre o gaúcho brasileiro e o *gaucho* platino como contrário às qualidades nacionalistas do riograndense. Assim, a tipificação do inimigo contribuía para a identidade sulina ao almejar sua representação de “honrado”<sup>38</sup> e de contribuição ao Brasil.

Mesmo ocorrendo construções literárias que positivam o gaúcho brasileiro, a noção de que o estado ocupava, segundo Letícia Nedel, um lugar singular de pouco destaque na política e cultura nacionais, seria promovido por profissionais que se detinham em promover um julgamento em relação ao discernimento estético das belas-letras. Ao crítico literário, caberia a função de evidenciar como as letras no estado assumiam uma forma particular seja devido à

---

<sup>36</sup> THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: as identidades nacionais*. Revista Anos 90. Porto Alegre. N 15 2001/2002, p. 18

<sup>37</sup> MURARI, L. op. Cit., p. 174.

<sup>38</sup> Id ibidem, p. 178-179

organização geopolítica<sup>39</sup>, seja devido à formação cultural. João Pinto da Silva cumpriu esse papel, ao propor novas maneiras de ver o Rio Grande do Sul.

### 1.3 A crítica literária

Influenciando uma geração de críticos sul-rio-grandenses, João Pinto da Silva teve um papel preponderante na crítica literária no início do século XX. Apesar de privilegiar uma análise pormenorizada da construção estética dos textos, João Pinto da Silva contribuiu com sua apreciação em relação ao processo cultural e histórico do estado sulino.

Em sua obra crítica *Vultos do Meu Caminho*, Silva estabelece um exame da literatura enquanto processo histórico. Segundo Flávio Loureiro Chaves, ao verificar as escolas literárias, Silva

[...] considera prejudicial a divisão rígida entre períodos, movimentos e escolas literárias, preferindo angular o problema sob o prisma da ‘rotação de fórmulas e programas’, porque ‘há sempre, nos períodos de transição estética, um instante em que as águas se misturam e cada um dos cursos divergentes adquire um pouco do matiz e sabor específicos do outro’. Por isso, tende a ver manifestações modernistas da década de 20 uma ‘nova ressurreição do Romantismo’ pois aí encontra como traços característicos a rebeldia de concepção, de ritmo e de sintaxe, a visão cosmopolita dos seres e das coisas, o subjetivismo, a ânsia de exprimir o inexprimível, a versão ao espírito de ordem e medida e o contagioso entusiasmo por todas as formas de rejuvenescimento físico e moral<sup>40</sup>.

Com esse fragmento é possível ter ideia da noção de continuidades e rupturas de Silva. Ainda em *Vultos do Meu Caminho*, João Pinto da Silva apontava que as obras inspiradas por uma determinada escola refletem também as escolas anteriores e contêm um pouco das que virão. Segundo o crítico, nos momentos de transição sempre há “um instante em que as águas se misturam e cada um dos cursos divergentes adquire um pouco do matiz e sabor específico do outro”.

O autor afirmava que as tendências literárias estavam se sucedendo com rapidez vertiginosa devido à instabilidade universal fruto dos “pavorosos anos de sangueira e destruição, que nos couberam por sorte, de 1914 para cá”. Devido a isso, a literatura é entendida pelo autor àquele momento como um “campo arbitrário de experimentação”, vislumbrando uma vontade geral de rejuvenescimento estético.

<sup>39</sup> NEDEL, L. op. Cit., p 51

<sup>40</sup> CHAVES, 1979: XXI E XXIII apud VELLINHO, Camila Lima. *Modernismo e regionalismo na crítica literária sul-rio-grandense*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2007, p. 41-42

Ainda em *Vultos do Meu Caminho*, no texto intitulado *A poesia nova e o Rio Grande*, o autor dedica especial atenção ao nacionalismo. Segundo Camila Vellinho, este tema não era recente na literatura. Surgia como anseio em países que se tornaram independentes em se diferenciar de suas antigas metrópoles, afetando a história da literatura. Conforme Vellinho, João Pinto da Silva trazia um caráter inovador a esse tema, pois discutia a questão das interdependências e interpenetrações culturais, como exemplifica este trecho:

A nossa época é de interdependências e interpenetrações gerais. Multiplicam-se, entrelaçadas, as ‘ondas de influência sentimental’ – como diria Cazamian – que passam dum país a outro, em todas as direções, através de fronteiras e preconceitos. Nunca foi mais efetiva do que na hora presente, malgrado as aparências, a unidade econômica e mental do globo<sup>41</sup>.

Com essa nova fase expressa pelo Modernismo no país, João Pinto da Silva afirmava que a literatura brasileira era tardia para se realizar artisticamente com características próprias, pois as interpenetrações recíprocas entre os povos estariam refazendo as nacionalidades e acabando com o particularismo na arte<sup>42</sup>.

A maneira que João Pinto da Silva concebia o contexto histórico em que vivia e o jeito que conseguia ver este implicado nas manifestações artísticas tornam suas reflexões singulares naquela época. Ao questionar a periodização da literatura em movimentos ou escolas literárias a partir de um evolucionismo e perceber as interdependências e interpenetrações culturais, o autor estava demonstrando uma reflexão sobre a questão das continuidades e rupturas ao longo do tempo (neste caso na periodização da literatura) e também sobre questões de trocas mútuas na esfera da vida cultural.

Esse seu pensamento corrobora a afirmação de Carlos Alexandre Baumgarten em que diz que o conceito de literatura para Silva é entendido manifestadamente como cultural. Segundo Baumgarten, o crítico procurava, através da literatura, conferir uma identidade para o país<sup>43</sup>. O texto de João Pinto da Silva tinha por objetivo firmar as características do Rio Grande do Sul e, logo, seu lugar ao conjunto maior da nação.

Essa reunião de críticas de João Pinto da Silva resultou na sua influência para os próximos letrados que se dedicaram ao labor da crítica literária. Entre os mais influenciados, está Moysés Vellinho, que se destacou no cenário literário nas décadas posteriores ao trabalho

<sup>41</sup> SILVA, J. 1979, p. 58 apud VELLINHO, C. op. Cit, p. 48

<sup>42</sup> Id ibidem., p. 48

<sup>43</sup> BAUMGARTEN, C. op. Cit.p. 175

de Silva, com críticas a autores como Érico Veríssimo. A relação próxima entre ambos os autores foi justificativa para os louvores de Vellinho a Silva.

Num dos seus raros momentos de lucidez, a Academia Brasileira de Letras serviu-se de conferir ao sr. João Pinto da Silva o disputado prêmio de erudição relativo ao concurso do ano passado, em que formaram nomes de acentuado destaque no pensamento nacional. Com o seu laudo, porém, a insigne corporação veio apenas emprestar cunho oficial à fama, já de muito decretada pelo consenso da crítica, de que o sr. João Pinto da Silva deixou de ser um escritor de significação puramente regional para se tornar uma figura de relevo na moderna literatura brasileira. Desde a primeira publicação de “Vultos do meu Caminho”, a autoridade de ilustre crítico rio-grandense, em matéria literária, vem se firmando e crescendo com tal segurança, que já não é fácil, hoje em dia, tratar das nossas letras contemporâneas, sem a ela recorrer como a um valioso elucidário, senão com um argumento decisivo em apoio de tal ou qual acerto<sup>44</sup>.

Apesar de não se ter acesso mais completo às concepções de João Pinto da Silva referente ao caráter social da literatura e da crítica, pode-se ter uma ideia partindo da análise da concepção de Moysés Vellinho, visto que este tinha fortes laços de amizade e admiração por Silva.

Ao escrever sobre a crítica literária em Moysés Vellinho, Mara Rodrigues oferece uma visão que este teria da literatura e qual a sua função na sociedade das primeiras décadas do século XX, período coetâneo à produção intelectual de João Pinto da Silva. Dessa forma, podem-se vislumbrar características que se inserem em um contexto que ambos os autores participavam e que, de certa forma, conjugavam aspectos semelhantes na formação da crítica literária. A relação próxima mantida por Vellinho e Silva, e a admiração que aquele mantinha por este, torna possível inferir que as concepções de Vellinho eram, se não análogas, pelo menos muito próximas ao de seu amigo e colega.

Rodrigues aponta que as realizações básicas da crítica literária deviam ser complementadas pelo combate em torno da construção de uma identidade intelectual regional. Esse comportamento do crítico tinha como método uma referência ao processo de formação da sociedade sulina, de assimilação cultural, como chave explicativa para as condições de produção literária e intelectual<sup>45</sup>.

Para a autora, o papel da literatura se configurava dependendo das relações entre meio e sociedade. Ao escritor caberia fornecer uma representação da sociedade, caso se tratasse de um ambiente de ratificação perante seu contexto. No caso contrário, onde a vida política e

---

<sup>44</sup> Apud VELLINHO, op. Cit., p. 51-52

<sup>45</sup> RODRIGUES, M. op. Cit., p. 91

social girasse em torno de ideias e modelos que não fossem seus e não possuísse uma característica intrinsecamente nacional o escritor deveria reagir contra esse meio. Dessa forma, a região em relação à nação construiria uma expectativa otimista para a avaliação do valor de uma obra literária, bem como um elemento fundamental do programa literário e intelectual. A região entrava nesse assunto com a sua parte, contribuindo com sua porção nessa obra maior que era a nação<sup>46</sup>.

A literatura era consequência do processo de luta dos homens pela sua preponderância em relação ao meio (região-nação). Dessa maneira, pode-se perceber que a crítica literária em Vellinho assumia algo para além da representação estética das letras. Ao escrever belas críticas ao trabalho de Silva, Vellinho não se absteve de conceituar a crítica como “a culminância de uma legítima expressão de arte”, mas também como uma forma de propiciar aos autores “os meios necessários à inteira manifestação de sua personalidade exclusivista”<sup>47</sup>. Com essa ressalva, depreende-se que a personalidade não se separava com seus ideais, constituindo, assim, um excelente meio de propagação de ideias e projetos políticos.

Portanto, a crítica literária em João Pinto da Silva aglutinava concepções estéticas da palavra escrita, bem como a projeção de elementos que refletiam seus ideais políticos e culturais. O diálogo presente na construção de uma integração do Rio Grande do Sul ao Brasil é evidenciado através de suas incólumes críticas às letras rio-grandenses, buscando sempre promover a identidade do estado conjugada à nação.

Essa identidade, contudo, estava conjugada a pretensões políticas que se manifestavam não apenas nas obras de Literatura, mas também na História, que junto àquela construía um imaginário que formava a representação de um Rio Grande do Sul forte e pujante perante os outros estados da nação. A criação de um espaço no estado que reunisse letrados e configurasse procedimentos para a escrita de uma História serviria como um lugar de legitimação que tornasse o discurso do passado corroborativo aos ideais astutos no estabelecimento de características ao estado. As vicissitudes e as glórias do passado do Rio Grande do Sul não manteriam somente nas letras da Literatura o seu crivo. Uma instituição na década de 1920 centrada na construção da História do estado assume para si a responsabilidade científica desse labor.

---

<sup>46</sup> Id ibidem, p. 91

<sup>47</sup> VELLINHO, C. op. Cit., p. 52

## 2. JOÃO PINTO DA SILVA HISTORIADOR: O IHGRGS

Os espaços que João Pinto da Silva circulou e as redes de sociabilidade que construiu contribuíram para a formação de sua intelectualidade e consequentemente para a sua obra. Em 1916, o autor foi convidado para ser diretor do Almanaque do Globo, juntamente com Mansueto Bernardi<sup>48</sup>, garantindo destaque à sua posição como intelectual. Este almanaque foi editado e publicado pela Livraria do Globo, importante espaço no século XX que reunia os letreados em Porto Alegre.

A Livraria do Globo, inclusive, publicou a maioria dos livros de João Pinto da Silva, como *A Província de São Pedro*, sendo a principal casa editorial do estado do Rio Grande do Sul na época. Sua posição na sociedade gaúcha era tão estimada que a rua em que se localizava era constantemente referenciada como a Rua do Globo. Lá, Silva conviveu com pessoas como Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Souza Docca, formando uma importante teia social para a sua carreira intelectual.

Não foi somente nesse espaço que Silva se propôs a permanecer nem limitar seu trabalho intelectual. Sabe-se de sua contribuição à revista *Província de São Pedro*, de seu amigo Moysés Vellinho. Contudo, apesar da importância do estudo desses lugares, importa analisar neste trabalho o espaço em que João Pinto da Silva mais se aproximava da figura de historiador.

Eleito membro da seção de Arqueologia, Etnografia e Paleontologia, Silva participou como membro-fundador do IHGRGS. Nesse espaço, provavelmente participou de discussões referentes ao conhecimento histórico e adotou posturas convenientes às exigências da instituição.

Neste capítulo, proponho considerar os procedimentos teórico-metodológicos adotados pelo IHGRGS na década de 1920 e também a importância do lugar social, conforme a proposta de operação historiográfica de Michel de Certeau a fim de subsidiar a análise do livro em estudo de João Pinto da Silva. Dessa maneira, é possível construir uma noção sobre a elaboração do livro, quais eram as demandas da instituição e se o autor atendeu a estas.

### 2.1 Um lugar social

Em seu célebre ensaio sobre a operação historiográfica, Michel de Certeau dedica espaço para analisar o lugar de onde parte o texto de história. Expondo e discorrendo sobre a

---

<sup>48</sup> *A Federação*, 4/5/1916 p. 7

importância do espaço, Certeau auxilia no desenvolvimento deste trabalho, pois contribui na reflexão de pensar o espaço em que João Pinto da Silva estava inserido e como influenciou na elaboração de seu livro em estudo.

Segundo Certeau, toda pesquisa historiográfica está articulada a um lugar de produção caracterizado por elementos socioeconômicos, políticos e culturais. Esse lugar, logo, possui determinações próprias submetidas a imposições, concessão de privilégios e imiscuídos de particularidades. É em relação a este lugar que os métodos são instaurados, uma gama de interesses são delineados e os documentos e questões são organizados.

Ao perceber a constituição da importância do lugar, Certeau reconhece que durante um longo tempo, a história procurava reconstituir a “verdade” do ocorrido em tempos de antanho, algo que hoje não é mais acordado. A partir da queda dessa percepção de veracidade transmitida pela história, surge o tempo da desconfiança do conhecimento científico. Com isso, evidenciou-se que a interpretação histórica em sua totalidade depende de um sistema de referência que remete à “subjetividade” do autor.

Assim sendo, os “fatos históricos” são constituídos por um sentido de “objetividade” em que são enunciadas “escolhas que lhes são anteriores”. A essas “decisões” pessoais postulava-se uma autonomia para a ideologia, que punha uma ordem das ideias à parte da prática histórica. Além disso, fazia-se dos historiadores um grupo isolável de sua sociedade, devido à relação que mantinham com o pensamento<sup>49</sup>.

A característica plural da subjetividade era conservar uma posição singular para os intelectuais. Sendo esta subjetividade tratada entre eles, ao explicitar as diferenças de pensamento gratificava-se o grupo inteiro com uma relação privilegiada com as ideias. Logo, nenhum instrumento de exacerbação de sua imagem perturbava sua relação. Um local reservado foi posto fora de alcance quando se mostrou a fragilidade daquilo que se produz nele. Citando Michel Foucault, Certeau relembra que este autor “supunha a autonomia do lugar teórico onde se desenvolvem no seu ‘relato’ as leis segundo as quais discursos científicos se formam e se combinam em sistemas globais”<sup>50</sup>. Este lugar escondido que excedeu a relação de um sujeito individual com seu objeto é uma instituição do saber. São estas que marcam a origem da “ciência” moderna, como evidencia o surgimento dos círculos sábios e as Academias.

A relação entre uma instituição social e a definição de um saber é, segundo Certeau, como a fundação de “corpos”. A partir daí, constitui-se um lugar “científico”. A ruptura entre

---

<sup>49</sup> CERTEAU, M. op. Cit. p. 68

<sup>50</sup> Id ibidem. p. 68

assuntos públicos e assuntos religiosos mostra um lugar articulado sobre outros num conjunto novo bem como a instauração de um saber indissociável de uma instituição social. Com isso, a instituição social permanece a condição de uma linguagem científica, mantendo em cada “disciplina” um duplo sentido: de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica<sup>51</sup>.

Além de promover uma estabilidade social a uma doutrina, a instituição a torna possível e a determina, organizando a sociedade e as “ideias” que nela circulam. Um discurso ideológico se conjuga a uma ordem social, assim como cada pronunciamento individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Dessa maneira, o discurso obedece a regras próprias, não o impedindo de articular-se com aquilo que não diz<sup>52</sup>.

Com a história essa relação é abstrata, pois seu postulado nega aquilo em função de que se elabora, isto é, o lugar em que constrói um apoio à disciplina apresenta a lógica que garantirá o desdobramento de suas obras. Sendo assim, o discurso “científico” que não explicita a relação com o corpo social é de fato o condicionante do discurso historiográfico<sup>53</sup>.

A escrita do texto assume sua relação com a instituição quando o autor se refere a *nós*, remetendo a uma convenção encenada por um contrato social entre os indivíduos inseridos no espaço institucional. Michel de Certeau aponta que “o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral”. A apreciação mais valorativa da obra não é dada pelos consumidores, mas sim pelo grupo da instituição, que verificam os critérios científicos e que são decisivos para o autor<sup>54</sup>. “Não aceito pelo grupo, o livro não será definido como um estudo ‘historiográfico’”<sup>55</sup>.

Para além, o historiador demonstra que uma pesquisa só é definida pela relação que mantém com outros, conforme as problemáticas propostas pelo grupo. Cada resultado individual dessas pesquisas se insere numa rede, onde depende estritamente uns dos outros. Isto é, uma “obra de valor” em história é aquela que é reconhecida como tal pelos pares e que habilita novas pesquisas<sup>56</sup>. Assim, o livro de história é o produto de um lugar.

Percebendo a influência recíproca entre o lugar e a sociedade, Certeau evidencia que os métodos refletem um comportamento institucional e as leis impostas por um meio. Dessa forma, uma situação social muda junto com o modo de trabalhar e o tipo de discurso, interferindo no trabalho de coleta dos documentos até à redação final do texto, tornando a

<sup>51</sup> CERTEAU, op. Cit. p. 70

<sup>52</sup> Id ibidem. p. 70

<sup>53</sup> Id ibidem. p. 70-71

<sup>54</sup> Pode-se relacionar essa ideia com a tese defendida por Pierre Bourdieu da teoria dos campos, em que uma obra deve ser reconhecida e consagrada principalmente pelos seus “pares”. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989

<sup>55</sup> CERTEAU, op. Cit. p. 72

<sup>56</sup> Id ibidem. p. 72

prática histórica dependente das circunstâncias da sociedade. É a partir de mudanças no contexto da sociedade que existe uma “permissão” ao historiador de se afastar daquilo que se torna um passado, disponível a uma reflexão mais acurada<sup>57</sup>.

O autor conclui que há a necessidade de saber como a história funciona dentro de uma sociedade, a fim de se perceber que tipo de produção é permitido e qual é proibido. Para Certeau

[O lugar torna] possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna impossíveis outras; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes na análise. De toda maneira, a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível<sup>58</sup>.

Para fim de reflexão sobre o lugar social, o historiador demonstra que a relação do conhecimento histórico com um lugar é uma condição para compreender uma sociedade. Assim, o lugar torna-se condição *sine qua non* ao possibilitar que a história fale de sua sociedade.

Partindo da concepção apresentada, pode-se pensar o livro de João Pinto da Silva como um reflexo do *lugar social*. Membro do IHGRGS, o autor utilizou os condicionantes que o espaço e o contexto impunham na elaboração de seu texto. As convenções e as “proibições” que a sociedade gaúcha propunha participaram da construção de sua visão do passado sul-rio-grandense. Portanto, o lugar molda e define o que será escrito num diálogo recíproco entre o contexto e o lugar.

## 2.2 O Instituto

Fundado em 1920, o IHGRGS se propunha a criar narrativas históricas do passado do Rio Grande do Sul, construindo saberes historiográficos e participando ativamente das construções identitárias entre região e nação. Com tentativas anteriores malfadadas de fundação de seu próprio instituto histórico e geográfico, o Rio Grande do Sul só obteve êxito com o instituto de 1920.

Segundo Jefferson Martins, o êxito do IHGRGS ocorreu devido a estruturas surgidas no estado no âmbito da cultura. Dentre estas, o historiador cita o surgimento de uma imprensa vigorosa, a consolidação de instituições de ensino superior, o grande aumento de livrarias e

---

<sup>57</sup> CERTEAU, M. op. Cit. p. 73-74

<sup>58</sup> Id ibidem. p. 77

gráficas e uma relativa elevação de instruções nos níveis primário e secundário. Analisando a relação que o espaço social de atividade intelectual articula com o espaço de poder, Martins considera que a crise política do sistema republicano contribuiu para a organização de lugares para os intelectuais rio-grandenses. A crise desse sistema oportunizou que grupos antes silenciados pela expansão das esferas de poder organizassem e ocupassem espaços que antes não estavam inseridos<sup>59</sup>.

Ao nível nacional, durante as duas primeiras décadas da Primeira República, o Rio Grande do Sul apresentou disparidades no campo político e cultural com relação ao Brasil. A partir daí, passou-se a perceber o estado como não pertencente genuíno à nação. Com esse precedente, os intelectuais gaúchos começaram a forjar um discurso que integrasse o estado ao Brasil a partir de uma identidade histórico-cultural. Para tal efeito surgia a necessidade de um espaço social institucionalizado, que produzisse um discurso legítimo para a proposta definida. Dessa maneira, a criação do IHGRGS resultou do acúmulo de fatores internos e externos aos letrados, além de produto das estruturas sociais e políticas a fim de criar um diálogo entre o regional e o nacional<sup>60</sup>. Sob essas condições, a formação de um discurso que contemplasse a identidade sul-rio-grandense justificava a criação do IHGRGS.

Destarte, o IHGRGS, conforme aponta Martins, “conseguiu congregar parte da elite intelectual do estado, que se encontrava dispersa e pouco organizada”, tornando, assim, a união destes letrados em um espaço institucional uma maneira de contribuir para a formação de uma identidade e um discurso coletivos<sup>61</sup>. Apesar de origens diferentes e também de ideologias heterogêneas, a conjunção dos indivíduos membros do IHGRGS ocorria devido ao fato de o estado ocupar uma posição não muito privilegiada no governo central, bem como a representação de um estado como não pertencente às características simbolicamente brasileiras, características que afetavam o grupo de intelectuais, visto que não havia um reconhecimento público a nível nacional de suas obras<sup>62</sup>.

Composto por um quadro de profissionais liberais (advogados, engenheiros, médicos, jornalistas e professores), militares, membros religiosos, totalizando 55 sócios fundadores, as ocupações dos membros do IHGRGS demonstram tendências na composição da instituição: as diferentes atividades laborativas não eram vistas como dissociadas da produção histórica; o variado número de profissões indica a intenção de um projeto político-institucional que

<sup>59</sup> MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese de Doutorado. PUCRS, 2015, p. 28

<sup>60</sup> Id ibidem. p. 29-30

<sup>61</sup> Id ibidem. p. 32

<sup>62</sup> Id ibidem. p. 33

necessita de um amplo leque de colaboradores; e, apesar de um grande número dos sócios transitarem pelo universo literário, o objeto que congregava todos era o conhecimento histórico<sup>63</sup>. Dessa forma, ao congregar intelectuais com diferentes profissões, o IHGRGS garantia para si uma plêiade que contribuiria para a formação da identidade regional que, consequentemente, além de atingir um projeto político para o estado diante da nação, asseguravam um espaço de institucionalização do conhecimento histórico, que não obtinha êxito há anos no Rio Grande do Sul.

Além do prestígio adquirido no meio intelectual, o IHGRGS logrou um espaço de destaque no cenário político gaúcho. O IHGRGS obteve reconhecimento como uma organização governamental de utilidade pública junto à Câmara Federal, recebendo igualmente auxílio financeiro do governo estadual, do município de Porto Alegre, além de auxílios de intendências no interior do estado<sup>64</sup>. Outra evidência da participação política na instituição foi a escolha do então governador do estado, Borges de Medeiros, como sócio honorário do IHGRGS, posição ocupada somente por quem se destacasse com trabalhos históricos ou mantivesse papel de destaque na política. Embora fosse uma instituição sem dependência orçamentária com o estado, constantemente o IHGRGS recebia valores governamentais para sustentar suas funções<sup>65</sup>.

Tendo os estatutos do IHGB como modelo, o IHGRGS contava com sete comissões, sendo elas: de Geografia, de História, de Fundos e Orçamentos, Estatutos e Redação da Revista, de Arqueologia, de Folclore e Língua dos Indígenas e de Admissão de Sócios. Mantendo uma seção que se dedicasse à revista trimestral para a publicação de ensaios de seus sócios, que versavam sobre História, Arqueologia, Geografia, Etnografia, Paleontologia do Brasil, com especial atenção ao Rio Grande do Sul, além de versar sobre língua indígena e folclore sul-rio-grandense, o IHGRGS agenciava especial atenção ao que era produzido por seus membros. O objetivo da revista era “dar luz às fontes primárias que jazem guardadas e inéditas nos arquivos”<sup>66</sup>, sendo esta uma das principais tarefas de um historiador. Segundo os fundadores do instituto, aos historiadores caberia copiar e publicar os documentos acessados, caracterizando seu trabalho semelhante a um copista e não de intérprete do material consultado, assinalando sua função salvacionista das informações de arquivos.

---

<sup>63</sup> MARTINS, J. op. cit. p. 8

<sup>64</sup> RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “Uma velha aspiração do Rio Grande” – *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nos anos 1920*. No prelo. P. 7. Agradeço a autora por disponibilizar o capítulo antes do lançamento do livro.

<sup>65</sup> Id ibidem. p. 3

<sup>66</sup> SILVEIRA, D. op. Cit. p. 25

O objetivo da História, pelo menos nos discursos de seus membros, era de dizer a verdade, apresentar como os fatos realmente aconteceram. Ademais, a história era concebida como a principal ciência que necessitaria de ciências auxiliares para tornar as experiências humanas compreensivas<sup>67</sup>.

A intenção do IHGRGS era de escrever uma história científica linear, que visava ao progresso, objetivando um caráter neutro. Para os membros do IHGRGS a escrita da história deveria ser pautada pela construção de um discurso objetivo. Isso ocorria na medida em que havia um distanciamento do autor, que mostrava a verdade, utilizando fontes documentais que tratavam de fatos ocorridos há pelo menos cinquenta anos, garantindo neutralidade diante do que escrevia<sup>68</sup>.

Os membros da comissão responsável pela revista tinham como função garantir, através da aprovação e da reprovação de determinados textos, a propagação do conceito de história objetiva a ser difundido pelo Instituto. Todavia, isso não ocorria, já que havia uma associação entre o conceito moderno de história que concedia atenção à subjetividade na produção de história, e um conceito que buscava a objetividade do conhecimento. Percebe-se isso através dos textos publicados na revista do instituto, onde os autores fazem comentários e juízos de valor ao passado<sup>69</sup>. Apesar dos estatutos direcionarem publicações que privilegiassessem uma história objetiva, recorrentemente eram aprovados textos que manifestavam a subjetividade de seus autores. Essa característica assinala a forte intenção ideológica presente no IHGRGS de construir um discurso sobre os fatos do Rio Grande. Ao inserir uma escrita subjetiva, os historiadores contribuíam para a disseminação de leituras do passado do Rio Grande que o aproximavam da teia nacional.

A escrita da história no IHGRGS estava fortemente centrada no caráter ufanista de um passado glorioso do estado. As experiências do passado do Rio Grande do Sul confluíam para a formação de um estado forte perante a nação brasileira. Com essa leitura, os historiadores do IHGRGS forneciam arcabouços que estruturavam os fatos sulinos conforme a intenção política que esses intelectuais projetavam para o estado.

Na primeira década de sua existência, conforme aponta Jefferson Martins, a produção historiográfica do IHGRGS tinha como características gerais um conhecimento:

- centrado na história militar e política;

---

<sup>67</sup> SILVEIRA, D. op.cit. p. 29

<sup>68</sup> Id ibidem. p. 36-37

<sup>69</sup> Id ibidem. p. 38

- referenciando teóricos científicos e deterministas do século XIX, como Taine, Spencer e Vidal de La Blanche<sup>70</sup>;
- explorando o tema da “fronteira” e a posição do “gaúcho” como seu guardião;
- a oposição entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino (malo);
- ufanista do passado histórico do Rio Grande do Sul<sup>71</sup>.

Para os intelectuais do Rio Grande do Sul era importante que seu passado glorioso fosse conhecido para além das linhas fronteiriças. Esse investimento tornava possível pôr o Rio Grande como figura importante na formação do Brasil. Constantemente eram relembrados que os objetivos do Instituto iam para além da história do Rio Grande do Sul, uma vez que este pertencia a um todo maior, e que sua história somente poderia ser escrita tendo como base a história do Brasil, criando uma harmonia de integração do estado ao elemento nacional.

Logo, a consolidação na primeira década de sua existência de uma produção de história embasada na formação de uma identidade para o Rio Grande do Sul condicionou os trabalhos do IHGRGS a esse projeto que visava a um maior espaço político para o estado, mas também para os intelectuais galgarem maiores espaços no mercado editorial nacionalmente.

João Pinto da Silva, inserido nesse espaço, construiu sua obra fundamentado nos pressupostos de aceitação científica para tal, passando pelo crivo do contexto em que se encontrava e do lugar que situava seu trabalho como uma operação historiográfica. Nesse sentido, o conceito de história como aglutinador de uma história calcada na ideia de *magistra vitae*, cujo conhecimento traça um caminho de aprendizagem com o passado para um futuro sem erros e o caráter ufanista dos tempos de antanho que garantiriam a expectativa de um futuro promissor para o Rio Grande, juntamente a uma história com posicionamento crítico, perpassada por ideias críticas que justificavam um presente de evidências promissoras, desenvolvia obras que fossem condizentes com o projeto político-institucional do IHGRGS.

---

<sup>70</sup> Importantes pensadores que se dedicaram a refletir sobre as relações entre o meio e o ser humano. Interessa aqui, por ser a posição seguida por João Pinto da Silva, o pensamento de Hypolite Taine que buscava compreender o indivíduo a partir de três fatores determinantes: o meio ambiente, a raça e o momento histórico.

<sup>71</sup> MARTINS, J. op. Cit. p. 3

### 3. A ESCRITA DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Ao falecer na Suíça em 1950, João Pinto da Silva encerrou sua atividade intelectual com trabalhos que até hoje em dia são referenciados. A sua *História Literária do Rio Grande do Sul* ainda apresenta seu caráter protagonista, visto que foi um primeiro esforço nas letras do estado em contemplar historicamente o desenvolvimento da literatura rio-grandense. A atenção dada pelo autor ao processo histórico no estado não foi estanque. Sua reflexão em torno da História foi para além das belas-letras, singrando a um ensaio que privilegiasse os fatos históricos do Rio Grande do Sul. Apesar de ter trabalhos de História inacabados<sup>72</sup>, João Pinto da Silva construiu a narrativa de uma história para o estado em seu livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande*, demonstrando sua percepção acerca do conhecimento histórico e do passado do estado sulino.

A efetivação de uma escrita torna possível analisar as “costuras” teórico-metodológicas que constituem o “tecido” que dará o tom da narrativa histórica. O esforço desempenhado em construir um texto que torne um argumento plausível é um meio para se pensar a própria atividade que o historiador enseja realizar. Nesse sentido, a análise do livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande* põe em relevo a perspectiva que aborda como se dá o processo de construção da escrita da história.

A escrita da História é condicionada por diversos fatores que estruturam a narrativa do passado. Dentre esses fatores, a inserção em um lugar, como anteriormente apresentado, é uma das principais características do texto de História. Além disso, o próprio resultado da escrita surge como um processo que designa a operação historiográfica.

A produção de uma narrativa que represente um tempo passado é constituída por meandros que a definem como a conclusão de uma pesquisa a qual resulta em uma reflexão subjetiva e, por conseguinte, um exercício de explanação didática através da palavra. Como atividade de expressão, a escrita exprime uma variedade de ideias a fim de tornar um texto coeso, coerente e conciso.

Na História, o texto segue essas premissas de forma a tornar seu discurso legítimo, através da citação de fontes, e pela apropriação devida e uso cuidadoso e sistemático dos conceitos, resultando em um desenvolvimento textual objetivo e eficaz, conforme suas intenções. É Michel de Certeau quem relembra que o discurso histórico tem por objetivo

---

<sup>72</sup> Carlos Alexandre Baumgarten afirma que há um ensaio historiográfico datilografado inacabado com 131 páginas escrito por João Pinto da Silva que se chama *Sob os olhos de Clio* e que atualmente se encontra no Rio de Janeiro no Museu Casa Rui Barbosa, tendo sido doado por Augusto Meyer. BAUMGARTEN, C. op. Cit. p. 179

evidenciar um conteúdo verdadeiro sobre a forma de narração<sup>73</sup>. Para tanto, esse discurso estabelece a compreensão de um documento. Assim, o discurso busca um apoio ao externo, conferindo uma linguagem articulada aos fins do conhecimento histórico.

Hayden White, para além, considera a escrita da história como um modelo de explicação do passado, ou seja, como uma maneira de representá-lo. As diferentes formas que as estruturas verbais podem assumir demonstram como um historiador entende a sua tarefa, seja como ato de reevocar poeticamente o passado; revelando “leis” de uma época; contribuindo para conflitos sociais existentes; ou, simplesmente, como um período do passado que difere do seu<sup>74</sup>.

Neste trabalho foi privilegiada uma análise da escrita da história que dialoga com o contexto político em que o livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande* está inserido. Dessa forma, buscou-se perceber como um historiador constrói seu texto e como os ardis de sua época são refletidos na sua escrita. Neste capítulo, analiso as concepções teórico-metodológicas de João Pinto da Silva e também as formas de construção do seu discurso referente ao passado do Rio Grande do Sul e de que maneira a História estava atrelada à formação de identidade do estado com vistas a ganhar uma posição de destaque no cenário político nacional.

### **3.1 Questões introdutórias**

A veracidade do conhecimento científico baliza as pesquisas que envolvem procedimentos que objetivam resultados peremptórios. Contudo, a verdade atualmente é concebida como um discurso efêmero, passível de questionamento a todo instante, demonstrando seu caráter relativo. Em 1930, João Pinto da Silva já dava mostras de perceber a inconstância do conhecimento histórico verdadeiro. Ao apresentar as questões teóricas de seu trabalho, Silva argumenta sobre o caráter questionador que toma o discurso verídico na história:

A verdade histórica é a mais relativa das verdades, não só porque a distancia no tempo, tanto quanto no espaço, gera confusões, miragens, illusões de optica, esfumando, ás vezes, factos essenciaes, como, tambem, pela orientação didactica e civica a que os povos submetem, imemorialmente, a evocação panoramica ou fragmentaria do seu Passado<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> CERTEAU, M. op. cit. p. 100

<sup>74</sup> WHITE, H. op. Cit. p. 20

<sup>75</sup> SILVA, João Pinto da. *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande*. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1930, p. I

Logo no trecho inicial, Silva demonstra a sua percepção sensível em torno da verdade histórica. Esta é aludida não como estanque, mas como uma construção, visto que as seleções feitas para representar a história geram “confusões, miragens, illusões de optica” além de que ela serve como matéria essencial do ufanismo de um povo.

Nesse ínterim, o autor relembraria que são os discursos históricos que diluem ou rechaçam os episódios da história de um povo ou rememoram seu passado por meio da epopeia. Ao citar trabalhos de historiadores gregos que descrevem a batalha com os persas como conflitos magnânimos, Silva afirma que “o poder amplificador e glorificador da história, ao serviço dos sentimentos nacionalistas e das conveniencias da communidade<sup>76</sup>” constrói uma possibilidade de escrita do passado arregimentado à satisfação do ego de um povo. Mais adiante, apresenta sua ideia de que a história constitui-se como uma serva do patriotismo e que, por isso, contribui na formação de mitos e lendas, que proporcionarão uma conjunção de solidariedade à pátria.

Adotando a postura de um Egon Friedell<sup>77</sup>, João Pinto da Silva refere-se ao patriotismo como o agente deformador da veracidade histórica, mas também tendo como parceria a literatura, uma vez que no historiador “há sempre um artista e um poeta”, pois privilegia o senso estético ao sentimento da realidade. Dessa forma, Silva apresenta os principais marcos que interferem na construção de um texto de história, ou seja, que invalidam o caráter verdadeiro que a escrita sobre o passado deveria ter.

As considerações na primeira parte da introdução do livro de história tornam possível delinear alguns fatores na concepção de história de João Pinto da Silva. Ao tomar a verdade histórica como relativa, o autor rechaça uma história essencialmente homogênea e que constrói o passado da forma como ele realmente havia acontecido. Essas primeiras preocupações trazem à tona, na sua obra, uma maneira de conceber a história como uma construção variável entre diversas escritas da história. O autor toma para si uma reflexão que difere, por exemplo, do lugar onde está inserido. Os estatutos do IHGRGS demonstram sua preocupação em apresentar uma história como representação verídica do passado. Ao considerar a relatividade da verdade do conhecimento histórico, Silva destoa de uma concepção institucional que tornaria legítima sua atuação no campo.

---

<sup>76</sup> SILVA, J. op. Cit. p. II

<sup>77</sup> Historiador e filósofo austríaco. Seu principal livro *História Cultural da Idade Moderna* foi traduzido para sete idiomas.

Depreendendo, para além, que o “senso estético” da construção do texto de história interfere na realidade do passado, Silva lança mão da consciência da importância do discurso na escrita. As palavras, dessa maneira, originariam sentidos hiperbólicos que dariam o ritmo na tessitura do desenvolvimento da pesquisa histórica expressa na escrita como conclusão. As aproximações entre História e Literatura emergem quando da apresentação desse pensamento. Ambas, a partir dessa noção, são responsáveis pela criação de uma imaginação que advém do processo de explanação de um texto que remete a um episódio, exigindo uma abstração de cunho reflexivo. A diferença, todavia, desse “senso estético” é a linha tênue que delimita o discurso histórico do discurso literário. Apesar de acreditar na presença de um artista e de um poeta na formação de um historiador, João Pinto da Silva mantém sua apreensão sempre na exposição da verdade da História, evidenciado a sua intenção em separar a História da Literatura. A necessidade de pôr a veracidade na sua narrativa são as constantes notas de rodapés em seu livro, garantindo, assim um caráter de comprovação de sua referência em documentos analisados, sejam eles periódicos, ou obras de outros pesquisadores.

Ademais, a preocupação demonstrada referente à interferência do patriotismo na verdade dos fatos passados ativa a consideração de ter nas ideias de participação política nacional do Rio Grande do Sul no final da década de 1920 um condicionante na efetuação do seu próprio texto. João Pinto da Silva, contudo, estabelece um pressuposto de neutralidade na elaboração da escrita da história, pois acredita que, quando há uma parcialidade que estimula um exagero patriótico, gera-se uma incoerência na busca dos fatos históricos, para além da escrita de forma geral.

Isso fica evidente na segunda parte de sua introdução, quando o historiador inicia apontando sua preocupação com o possível banimento da verdade imposta pela exaltação patriótica. Para o autor, a falta com a verdade à memória de um povo é uma atitude nefasta: “É um erro saturar de illusões ou quasi mentiras a memoria dos povos. A realidade, ella só, é que opera como os grandes infalliveis estimulantes moraes, sobre os grupamentos humanos”<sup>78</sup>.

A execução de um discurso verídico, para o historiador, deve ser dada pela imparcialidade da narração dos fatos, oportunizando um conhecimento das virtudes e defeitos “simultaneamente com a capacidade de aprimorar aquellas, corrigindo, atenuando estes”<sup>79</sup>. Com isso, Silva demonstra que a verdade na história deve se dar pela busca de uma distância ao patriotismo e um cuidado na construção do texto, visto que o “senso estético” pode afetar o

---

<sup>78</sup> SILVA, J. op. Cit. p. III-IV

<sup>79</sup> Id. Ibidem. P. IV.

posicionamento verdadeiro dos fatos. Porém, a presença dessa necessidade de neutralidade faz que concebamos que esta não havia, mas sim de que a construção de seu texto foi, por si só, uma referência ao patriotismo do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, consoante o contexto político das primeiras décadas do século XX.

No trecho em que reflete sobre o conhecimento das “virtudes e defeitos” do passado, o historiador utiliza o conceito de história como *magistra vitae*, posição utilizada pelos membros do IHGRGS. Segundo Reinhart Koselleck, essa concepção de história estava intrinsecamente atrelada a uma ideia de aprendizado com o tempo passado para a vida no presente e a garantia de um futuro sem erros. Tendo esta noção, João Pinto da Silva aproxima-se da postura adotada pelos membros do IHGRGS, que utilizavam essa história como um meio didático de atuar no presente e de previsibilidade do futuro, tendo como arcabouço o conhecimento sobre o passado.

Na parte final do seu introito, o autor dedica atenção à Revolução Farroupilha<sup>80</sup>, pois toma este acontecimento como marco limite a seu ensaio. Apesar de escrever um livro que toma como base as origens da Província de São Pedro até o conflito farroupilha, Silva apresenta fatos que vão para além deste, construindo argumentos sobre o passado do Rio Grande do Sul até o final do século XIX. Acredita-se que os fatos balizadores do livro, surgiram como recomendação do IHGRGS, visto que a instituição aconselhava seus membros a dissertarem sobre o passado com o limite mínimo de cinquenta anos de distância entre o fato e o período coetâneo. Análises de outros acontecimentos que não estejam dentro do período delimitado são entendidas aqui como um esforço da construção de um discurso sobre o Rio Grande do Sul como um estado de evidências brasílicas.

Nas tramas elaboradas no conflito entre a província e a nação, ao tratar na parte final da introdução sobre a Revolução Farroupilha, João Pinto da Silva expõe sua visão de que aquela só ocorreu devido à situação em que se encontrava o Rio Grande do Sul. Para corroborar essa posição, Silva apresenta na íntegra a Proclamação da República de Piratini, assinada por Bento Gonçalves.

Nesse momento, é interessante como João Pinto da Silva se apropria do conceito de anacronismo. Conforme o autor, a proclamação de Bento Gonçalves tem um erro que a “desarticula e invalida”. As trocas de presidente da província, que seria uma das causas da revolta, é sua maior justificativa. Segundo ele, o documento é dirigido ao presidente Fernandes Braga e não ao presidente Araújo Ribeiro, discordando da fala de insatisfação de

---

<sup>80</sup> O termo Revolução será utilizado daqui em diante para nominar a Guerra dos Farrapos tal como está presente no livro de João Pinto da Silva.

Bento Gonçalves. Para João Pinto da Silva, Bento Gonçalves teve uma “crise de amnesia, baralha(ndo) assim os fatos, invertendo situações e efeitos...”<sup>81</sup>. Essa afirmação do historiador é sintomática, no sentido que visa fazer uma análise dos fatos em cima de um documento.

A “crise de amnesia” é um argumento que constrói um significado em torno da cizânia criada durante a revolta. Segundo Silva, a proclamação assinada por Bento Gonçalves em 1843 é uma demonstração da ausência de convicções republicanas no movimento. Os argumentos do chefe farroupilha seriam equivocados e sua vontade de estabelecer uma divisão no estado foi um erro de compreensão do contexto. Assim, João Pinto da Silva articula uma análise do documento com uma concepção de que a Revolução Farroupilha jamais teve a vontade de se separar do Brasil, mas sim demonstrar sua insatisfação com o governo central.

Para Silva, os fatos épicos foram rememorados com a finalidade de atacar a Monarquia, contribuindo para a sua queda em 1889. “A catechese cívica alimentava-se, aqui, das seivas das velhas raízes republicanas de 35<sup>82</sup>”. Para o autor esse era o motivo da construção de “uma visão unilateral e sectarista” dos fatos, distorcendo a verdadeira intenção do conflito.

Ao fundamentar sua análise da história do Rio Grande do Sul, Silva recorre a uma isenção política, ou seja, prezando pela neutralidade na escrita da história do estado, embora, ao longo do texto, perceba-se que essa isonomia é inexistente. “Foi assim, sem preocupação de matizes políticos, que delineei, em synthese, a genese, vida e morte da Republica de Piratiny<sup>83</sup>”. Para ele, a Revolução Farroupilha constitui o melhor exemplo de resistência bética e cívica do Rio Grande do Sul, isto é, a separação seria apenas o resultado da ingratidão do poder central perante o estado.

Para tanto, evocaria aqueles que defendiam ou hostilizavam a Farroupilha. Sua intenção era tornar o livro, que se denominaria “Ídolos do Pampa”, num compêndio dos indivíduos que atuaram na revolta. Sua desistência ocorreu devido a uma percepção do engano que seria esse trabalho para a construção de uma história edificante do Rio Grande do Sul, pois isso “não seria propriamente historia, mas galeria de retratos, alguns de corpo inteiro, outros apenas a dois traços, de perfil<sup>84</sup>”. Para o autor os indivíduos são apenas atores

<sup>81</sup> SILVA, J. op. Cit. p. XI

<sup>82</sup> Id ibidem. p. XI

<sup>83</sup> Id ibidem. p. XIV

<sup>84</sup> Id ibidem. p. XIII

das “forças elementares do meio physico, ainda impreciso e rude<sup>85</sup>”, e preferiu “a visão de conjuncto à pormenorização dos acidentes e façanhas individuaes<sup>86</sup>”.

Encerrando sua introdução com essa ideia, o autor postula uma maneira de manifestar sua própria ideia de história. Ao recusar a abordagem quase biográfica dos indivíduos que se destacaram no Rio Grande do Sul, João Pinto da Silva percebe a história como aquilo que Koselleck denominou como um passado singular coletivo, designando um conjunto de acontecimentos que se relacionam e que cada um desses acontecimentos, para ser compreensível, necessita ser considerado em um conjunto maior de contextualização. Assim, o contexto prevaleceu sobre os indivíduos e João Pinto da Silva conjugou esforços para elaborar sua história do Rio Grande.

### **3.2 A paisagem, o personagem, o patriotismo**

A busca de elementos que constituem a identidade de uma sociedade é repleta de lutas simbólicas que objetivam definir uma realidade. As manipulações articuladas por indivíduos que tenham interesses ubíquos nas esferas de poder são consolidadas através de uma conjugação de fatores que visam à legitimação de determinada visão de mundo. Para tal finalidade são utilizados discursos narrativos que privilegiam certas análises em detrimento de outras, constituindo um importante fator de agregação de postulados de verdade. Como instrumento dessa empreitada, a História serve como carro-chefe na construção de referências que dão sentido à existência de determinado grupo ou ideia.

Durante a Primeira República no Brasil, surgiram diversos escritores que se dedicaram à contemplação de um passado ufanista com vistas à construção de uma sociedade no presente condizente com suas perspectivas. No Rio Grande do Sul, há exemplos de intelectuais que não se furtaram em pesquisar a sociedade sulina, conforme as questões suscitadas pelo seu presente. Alfredo Varella, Jorge Salis Goulart, Moysés Vellinho e Othelo Rosa<sup>87</sup> são exemplos de pesquisadores que aplicaram suas reflexões em obras que formavam uma identidade para o Rio Grande do Sul. As características de identidade do Rio Grande do Sul contribuiriam para a integração do estado no Brasil, conjugando esferas simbólicas de participação na nação.

<sup>85</sup> SILVA, J. op. Cit. p. XIV

<sup>86</sup> Id ibidem. p. XIV

<sup>87</sup> Importantes historiadores que refletiram sobre a formação da sociedade gaúcha. Entre suas obras podemos citar: Alfredo Varella – *História da Grande Revolução*; Jorge Salis Goulart – *A formação do Rio Grande do Sul*; Moysés Vellinho – *Capitania D'el rei, aspectos polêmicos da formação rio-grandense*; Othelo Rosa – *A formação do Rio Grande do Sul*.

Ao estar inserido nesse contexto, João Pinto da Silva participou na efetivação de traços que moldaram a integração da parte ao todo. Ainda que a previsibilidade deva ser deslocada (os intelectuais do Rio Grande do Sul não previam a Revolução de 30), os letRADOS esforçavam-se para escrever um Rio Grande do Sul pertencente genuinamente ao Brasil, galgando espaços mais presentes na política nacional. Na primeira parte de seu livro aqui analisado, Silva aborda a articulação da paisagem com o personagem bem como a sua formação histórica como propriamente condescendente ao patriotismo brasileiro.

Tratando dos aspectos geográficos do Rio Grande do Sul, João Pinto da Silva põe no caráter fronteiriço a responsabilidade pela fisionomia histórica do Rio Grande do Sul, além de sua singularidade manifesta nas características mais intrínsecas de seu meio natural. “Ainda não é o Prata e já não é, tampouco, o Brasil”<sup>88</sup>, essa assertiva conduz toda a análise pormenorizada sobre a constituição histórica do estado sulino, tanto nas características da natureza quanto em questões sócio-políticas.

Ao apresentar o Rio Grande do Sul como uma região sui-generis, o historiador toma a região como um ponto de contato e intersecção entre o Brasil e as Repúblicas do Prata. Em sua concepção, a paisagem corrobora essa afirmação, visto que o estado é uma zona de intermediação botânico-zoológica entre a Amazônia e a Patagônia. Para Silva, a paisagem do estado é repleta de espécies da flora e da fauna que representam as infiltrações ou permutas de ambas as nações, caracterizando o estado como um exemplar espaço de transição natural.

Segundo o autor, o ambiente encontraria ainda um fator de suma positividade para a formação da vida no estado. Os ventos andinos e as “brisas cálidas dos trópicos” encontram-se no Rio Grande do Sul, promovendo um higienizador natural que proporciona elementos de saúde e vigor aos seus habitantes. Pela construção narrativa de Silva, principia-se uma interpretação baseada em uma ideia de que o clima seria o responsável pela rápida prosperidade e superior civilização no estado. Todavia, o autor discorda dessas interpretações deterministas, afirmando que são “matérias de divagações eruditas”<sup>89</sup>. O historiador demonstra um acesso a uma bibliografia atual, quando referencia o trabalho de Lucien Febvre<sup>90</sup> contra o determinismo geográfico. A partir daí, João Pinto da Silva articula argumentos que embasarão sua análise da constituição histórica do estado: “Na formação do

---

<sup>88</sup> SILVA, J. op. Cit. p. 16

<sup>89</sup> Id ibidem. p. 22

<sup>90</sup> Importante historiador francês que junto de Marc Bloch fundou a “Revue des Annales” que marcou uma nova concepção de História. Dissociando-se de uma perspectiva determinista, Febvre adotava uma postura de explicação para a transformação das sociedades.

nosso caracter collectivo, a geographia physica influiu muito menos do que a geographia politica”<sup>91</sup>.

As situações políticas seriam, segundo seu ponto de vista, as responsáveis pela formação do espírito militar do gaúcho, sendo o estado um vasto acampamento militar. O símbolo do guerrilheiro deveria representar a história do Rio Grande do Sul por defender a linha divisória. Contudo, Silva apresenta elementos físicos que interferiram no desenvolvimento do estado. A precariedade das vias de comunicação foi uma das principais causas que efetivaram um maior

contacto com o Prata do que com a Guanabara, trabalhando, enfim, por elementos varios de desagregação, o Rio Grande, de cuja população exigia o Brasil tantos e tão asperos sacrificios, teria, talvez, em oportunidades varias, todo elle, e não apenas a minoria, como em 35, pensado em se tornar autonomo, se a dolorosa experiecia democratica do Uruguay e o expansionismo da Argentina lhe não houvessem feito compreender que, em face das desvantagens do caudilhismo imminente e dos riscos de annexação por parte de Buenos Aires, o mais acertado ainda era permanecer fiel aos governos longinquos e, muita vez, retrogrados do Rio de Janeiro<sup>92</sup>.

Esse ponto de interpretação da história do Rio Grande do Sul proporciona uma leitura de que o estado não se tornou independente porque os exemplos do Prata não foram tão bons. A exploração perpetrada pelo governo central brasileiro provocava ressentimentos na população sul-rio-grandense que só não desembocaram em uma luta de independência porque o caudilhismo era lido como algo nefasto aos moradores e era preferível manter-se fiel ao Rio de Janeiro. Ademais, quando o autor opta por utilizar a expressão “tanto e tão ásperos sacrificios” expõe sua opinião em relação aos variados momentos históricos que o povo sul-rio-grandense se dispôs para defender as linhas fronteiriças do Brasil. E, logo, a opção por manter-se alinhado ao governo “longínquo” e “retrógrado” do Rio de Janeiro, manifesta a sua intenção de permanecer vinculado às origens autênticas de sua brasiliade. De pouco a pouco, Silva constrói as sutilezas parcimoniosas que darão coesão à sua tese.

A história do Rio Grande do Sul tem seu início apontado pelo autor com as missões jesuíticas devido às reduções apresentarem um primeiro ensaio de civilização. Entretanto, Silva acredita que a expulsão dos jesuítas foi muito benéfica para o estado, pois as missões estavam mais caracterizadas como espanholas e, logo, com uma aversão forte aos portugueses. “Imagine-se o que nos não teria custado para integrar, mais tarde, no bloco

<sup>91</sup> SILVA, J. op. Cit. p. 26

<sup>92</sup> Id ibidem. p. 38-39

brasileiro, essa área enorme e fértil, se a influência dos jesuítas não houvesse sofrido, assim tão violento golpe!”<sup>93</sup>.

A sua ideia fica mais nítida quando apresenta que os índios eram hostis à tomada de suas terras, sendo constantemente manejado pelos padres. Dessa maneira, era necessária a expulsão de todo o grupo. “Se ainda hoje o ato emociona e irrita, é porque o examinamos com critério atual, não com o do seu tempo”<sup>94</sup>. A utilização pelo historiador desta conceituação próxima à ideia de um anacronismo, busca na sensibilidade da leitura da guerra praticada na expulsão dos jesuítas como um fator desencadeado pela contemporaneidade e não pelos interesses da tomada das Missões, que se faziam necessárias naquele contexto para a garantia de um território harmonioso no Rio Grande do Sul.

Ao tratar da constituição étnica do estado, João Pinto da Silva percebe a eugenia do povo sul-rio-grandense como uma das melhores contribuições às fundações católicas porque “reduziram as oportunidades de contato dos selvícolas com os mamelucos, os militares lusos e os castelhanos invasores”<sup>95</sup>, impedindo que a mistura de raças afetasse o caráter da população, diferentemente do que ocorreu, na sua concepção, na Argentina e no Uruguai. É recorrente ao longo do livro a afirmação da presença diminuta de populações africanas no Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil<sup>96</sup>, embora haja a declaração de que a presença de negros no estado seja mais numerosa do que no Prata. O historiador trata os indígenas e os africanos como grupos que apresentam características ruins na constituição de um ser humano viçoso. Características essas, constantemente referenciadas, que não estão presentes nem na índole e nem no físico dos gaúchos brasileiros.

Aos açorianos, João Pinto da Silva demonstra total desprezo, afirmando que há uma exaltação desnecessária dos ilhéus no estado. Segundo o autor, os açorianos eram mais atrasados em relação aos portugueses da península, visto que naquela época muitos eram analfabetos e miseráveis.

Por tudo isso, o portuguez que conta, realmente, no computo das influencias fundamentaes, na constituição do substratum da nossa personalidade collectiva, não é esse; é o soldado, o que teve mais intimo e mais dilatado contacto, no tempo e no espaço, com a terra e com as gentes<sup>97</sup>.

<sup>93</sup> SILVA, J. op. Cit. p. 43

<sup>94</sup> Id ibidem. p. 44

<sup>95</sup> Id ibidem. p. 47

<sup>96</sup> Atualmente esta tese é desbanhada pelos estudos recentes que evidenciam o grande número de escravos negros nas charqueadas. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra: 1997.

<sup>97</sup> SILVA, J. op. Cit. p. 56

A contribuição do espanhol foi esporádica porque, segundo o autor, se infiltrava com certa periodicidade deixando “resíduos contagiosos, que eram, em geral, mais ou menos assimilados”, conformando o gaúcho brasileiro, mantendo-o longe das influências hereditárias dos indígenas e africanos.

Os aspectos políticos, diferentemente da conformação étnica entre portugueses e espanhóis, foram tomados no sentido de que somente fortaleceram a tendência antecastelhana dos gaúchos rio-grandenses. “O reconhecimento da significação real do reflexo hespanhol na psyché do Rio Grande, não autoriza, pois, a superficial afirmativa, tão explorada às vezes, de que esse reflexo debilita aqui as resistências reconditas da brasiliadade”<sup>98</sup>. Neste trecho, Silva não se furta em garantir o caráter brasileiro genuíno do rio-grandense. Percebe-se a preocupação do autor com a recorrente estigmatização dos indivíduos do estado sulino como tendo na sua formação uma hereditariedade castelhana, sendo confundida com a preferência dos países platinos ao Brasil.

Após traçar uma trajetória da evolução semântica da palavra “gaúcho”, João Pinto da Silva o entende como um rótulo que define o povo sul-rio-grandense, mas que de certa forma conceitua muito bem a gente do estado sulino, pois,

dessa origem, humilde e rude, foi se erguendo aos poucos, o gaúcho, a golpes reiterados de heroísmo, resgatando, dia a dia, pelo sofrimento e pela bravura, as faltas dos antepassados e constituindo-se, por último, em tronco de grande e valorosa estirpe<sup>99</sup>.

Dessa maneira, Silva explana a sua interpretação perante o conceito de gaúcho, caracterizando-o como um povo que, apesar do sofrimento, construiu uma descendência, tanto em relação ao físico como aos valores morais, que é exemplo da formação de um grupo pujante, contrapondo, mais adiante, ao gaúcho platinio.

A formação psicológica do gaúcho brasileiro, para além da formação étnica, é situada por Silva na seleção militar empreendida pelo caráter de fronteira do Rio Grande do Sul. Segundo ele, as atividades militares selecionam os homens mais fortes, deixando os homens mais fracos como repositórios de resistência, contribuindo na “sua relativa diferenciação ethnica, comprimido entre o Brasil e o Prata”<sup>100</sup>. Silva, ao dizer que as características do

---

<sup>98</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 57

<sup>99</sup> Id ibidem. p. 62

<sup>100</sup> Id ibidem. p. 64

clima seriam um propulsor de saúde, além de fornecer alimentos que são ricos em nutrientes essenciais, manifesta a postura taineana adotada por ele. Ao recusar a exclusividade de alguns teóricos referentes ao determinismo geográfico, como Friedrich Ratzel e Herbert Huntington, não rechaça a importância do meio, mas o coloca apenas em uma das pontas do triângulo interpretativo juntamente com a raça e o momento. As estratégias de sua narrativa tornam seus argumentos, a essa altura, não mais sutis, mas sim uma prolixidade que constroem o seu discurso sobre a posição de destaque da gente do Rio Grande do Sul.

Todos esses fatores, além da ausência da mistura de sangue com africanos e indígenas, teria resultado em um ser psicologicamente vigoroso, além de um porte físico de acentuada atenção, contribuindo, assim, para sua “alegria de viver e o seu medullar optimismo”<sup>101</sup>.

Na análise histórica de João Pinto da Silva, as estâncias surgiram como os primeiros exemplos de uma existência coletiva orgânica e social. Porém, discorda de autores como Alcides Lima e Jorge Salis Goulart ao defender que essa não era o primeiro passo da democracia, mas sim o caráter aristocrático que elas configuraram. Segundo o autor, elas nunca foram, entre os gaúchos, baluartes da democracia, mas sim, uma reminiscência do feudalismo<sup>102</sup>. Foi na estância que surgiu a primitiva elite rio-grandense que, logo depois, tornou-se a classe dirigente, sendo esta sempre rural.

As diferenças apresentadas pelo autor entre o gaúcho do Rio Grande do Sul e o gaúcho do Prata é muito próxima àquela desenvolvida pelos seus colegas do IHGRGS. Enquanto o gaúcho platino é um indivíduo que luta pelo simples prazer de lutar, o gaúcho brasileiro é destemido e cavalheiro, que só entra em conflitos quando há a necessidade de conservação de sua integridade, sendo herança do português, já que este era menos belicoso que o espanhol<sup>103</sup>.

As diferenças apresentadas, segundo Silva, são confirmadas pela importância maior ao fator político do que ao geográfico. O gaúcho do Rio Grande do Sul teve apenas uma revolução, sendo, as outras, conflitos de caráter externo; enquanto, nas Repúblicas Platinas, o gaúcho sofria com perseguições efetuadas pelo próprio governo e eram constantemente explorados por caudilhos.

A fragmentação surgida após a independência da América Espanhola seria a causa principal disso tudo. O Brasil, porém, manteve sua unidade territorial com a vinda de Dom João VI. Esse seria o fator de diferenciação entre o estado e o Prata. A resistência às

<sup>101</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 65

<sup>102</sup> Id ibidem. p. 79

<sup>103</sup> Id ibidem. p. 83

tendências anárquicas e caudilhas era efetuada devido ao fator de união e equilíbrio proporcionados pela presença de um monarca nos trópicos.

Essa falta de coesão teria sido a responsável pelo surgimento do caudilhismo, consequência da falta de freios políticos, originada da ausência de autoridade agravada pela subdivisão dos territórios em Repúblicas. No Brasil, contudo, o clima político e social não oferecia condições de ocorrência do caudilhismo. Os militares e fazendeiros nunca dominavam pelo terror, diferentemente dos líderes do Prata. O traço distintivo do Rio Grande do Sul foi o patriotismo, característica ausente nos uruguaios e argentinos.

Esse patriotismo seria apenas o reflexo de uma fraternidade já desenvolvida entre o estancieiro e os peões. Devido ao fator de não haver muitos negros no território, o estancieiro confiava mais em seus peões. Segundo João Pinto da Silva, invertendo a tese de Salis Goulart, não foi o estancieiro que desceu até os peões, mas estes ascenderam àquele. Para Silva, apesar de um baluarte de cumplicidade, não foram as estâncias exemplos de convivência, mas sim, os acampamentos militares. A relação entre chefes e subordinados na linha de fogo originaria um sentimento fraternal exemplar, dando aos acampamentos militares verdadeiras escolas de democracia. Essa democracia, lemos como um exemplo majestoso que deveria ser seguido por qualquer povo e que teve origem no “comprimido” território sulino.

No final da primeira parte de seu livro, João Pinto da Silva dedica especial atenção a um tema na época que originava diferentes interpretações sobre a posição do Rio Grande do Sul referente ao Brasil: o regionalismo literário. Conforme aponta Silva, o regionalismo literário não seria um reflexo de separatismo político, segundo apontavam alguns intelectuais do Brasil. Para o autor, o separatismo é uma abstração teórica não condizente com a realidade. A Revolução Farroupilha não foi separatista, havendo uma compreensão errada das origens do conflito. O Rio Grande do Sul, na sua concepção seria um modelo de defesa do Brasil, tendo como exemplo recente a Guerra do Paraguai.

O autor apresenta a ideia de que a prosperidade do Prata é a responsável por manter em alguns ideias separatistas. “O separatismo é a emanção da falta de confiança na capacidade de realização do Brasil, em seu conjunto atual”<sup>104</sup>. Para o historiador, o regionalismo é mais intenso no estado apenas porque há uma existência coletiva mais rica de peculiaridades, digna de exaltação. Mas essa exaltação da personalidade do Rio Grande do Sul é feita como “pertencente ao Brasil e sem prejuízo do Brasil”<sup>105</sup>, sendo apenas um exemplo de exageração patriótica. Para João Pinto da Silva é um erro supor que o

---

<sup>104</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 110

<sup>105</sup> Id ibidem., p. 113

fortalecimento das partes suscitará a fragmentação do bloco brasileiro. “A intensificação do progresso dos estados que determinará a persistência da federação”<sup>106</sup>.

A interpretação do historiador referente à constituição da paisagem, do personagem e do patriotismo é imbricada por elementos que constituem sua tese do Rio Grande do Sul como um estado, que, apesar de ser uma zona de transição geográfica e de ter pouca atenção do governo central brasileiro, apresenta características que determinam seu caráter singular. As formações física e moral do gaúcho brasileiro dissociam-se do gaúcho platino vagabundo. Essa característica já demonstra a percepção natural de que o povo do Rio Grande do Sul mantém traços brasileiros autênticos. O desenvolvimento histórico, conforme os argumentos apresentados pelo historiador proporcionam evidências do pertencimento do Rio Grande do Sul à nação brasileira corroborada pela afirmação constante de seu patriotismo às terras tropicais. Os instrumentos de manejo dessa interpretação são constantemente utilizados em sua narrativa como um fator que fornece uma imagem do gaúcho sul-rio-grandense como parte de um grupo que está a serviço de sua genuína vocação de defesa das fronteiras do Brasil com o Prata. Os argumentos formam a escrita ufanista e protagonista do estado perante a nação, desenvolvendo, consequentemente, uma noção de singularidade não somente étnica como também política. Esta última, apresentada na segunda parte do livro toma a Revolução Farroupilha como atuação preponderante do estado na defesa de um Brasil mais forte.

### **3.3 A Revolução Farroupilha**

O conflito bélico entre o Rio Grande do Sul e o Brasil durante o período regencial foi um confronto que gerou interpretações divergentes entre historiadores. Nas primeiras décadas do século XX, as leituras sobre a Guerra dos Farrapos foram condicionadas por uma visão em relação ao contexto político nacional e usos simbólicos que a projeção do estado perante a nação exigiam. Atribuir uma característica patriótica a essa guerra era o objetivo fim de muitos historiadores que estavam inseridos no IHGRGS. João Pinto da Silva, como tal, não deixou de abordar o conflito em seu livro de História.

Para Silva, a Revolução Farroupilha não foi outra coisa senão um conflito para demonstrar a brasiliidade do estado. A fim de construir argumentos legítimos para defender sua ideia, João Pinto da Silva reserva a segunda parte de seu livro somente para se dedicar na elaboração de estratégias narrativas que darão sustentação a sua ideia central.

---

<sup>106</sup> SILVA, J. op.cit., p. 114

Ao desencadear a leitura das causas do conflito, o historiador põe o Rio Grande do Sul em um contexto de “imposições do ambiente nacional e universal assim saturado de ideias revolucionárias”<sup>107</sup> que coincidia com os problemas enfrentados pela região. Para tanto, divide sua análise em duas condicionantes: uma econômica, caracterizada pelos abusos do governo central, e outra política, manifestada, sobretudo, por motivos externos. O autor põe como princípio de insatisfação o processo de independência do Uruguai. Segundo o autor, a soberania no estado antes pertencente ao Brasil, prejudicava os interesses dos gaúchos riograndenses, visto que muitos mantinham propriedades nas terras uruguaias, podendo ter enormes prejuízos devido às lutas de facções caudilhistas.

Assim como já mencionado anteriormente em seu livro, o historiador acreditava que o Rio Grande do Sul era um espaço esquecido pelo governo central, não sendo diferente nas motivações que levaram à eclosão da Revolução Farroupilha. Os motivos políticos internos se referiam à falta de pontualidade no pagamento do governo regencial às tropas do estado, além dos pesados impostos que tinham como destino o Rio de Janeiro e que, se permanecessem no Rio Grande, poderiam beneficiar em muito o estado, que sofria prejuízos em sua agricultura, pecuária e ausência de indústria. Os acampamentos militares, tão saudados pelo historiador, eram para ele, àquele momento anterior a 1835, exíguo na linha fronteiriça, gerando um total descontentamento com o poder central. A opinião de João Pinto de Silva de que essas dificuldades cultivavam sentimentos de aborrecimento era uma das causas que levou o estado à guerra.

A análise acurada de Silva de que o maior responsável pelo conflito foi o italiano Tito Lívio Zambeccari demonstra a ideia de que esse era o responsável pelo rompimento total com o Brasil. Acredita, inclusive, que a atuação de Zambeccari era aliciada por Rosas, importante caudilho de Buenos Aires, “que encarnava um regimen barbaro e feroz”<sup>108</sup>. Põe a culpa a Zambeccari pela “desvirtuação do sentido real das nossas reivindicações, que nada tinham de republicanas, antes e logo depois do 20 de setembro de 35”<sup>109</sup>.

Dessa maneira, João Pinto da Silva iniciava os elementos que embasariam a sua ideia sobre o conflito: deslocar dos personagens representativos da Revolução Farroupilha, como Bento Gonçalves, Bento Manoel e o General Neto a responsabilidade pela Revolução e caracterizar o caudilhismo argentino como uma força externa responsável pelas vicissitudes

---

<sup>107</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 121

<sup>108</sup> Id ibidem, p. 145

<sup>109</sup> Id ibidem, p. 146

enfrentadas no estado. “O Rio Grande era um viveiro de conspiradores profissionaes, a soldo dos inimigos do Brasil”<sup>110</sup>.

Junto às causas exteriores, o historiador culpava os problemas nacionais. Advindo, segundo ele, de personagens que não eram rio-grandenses e que formavam uma sociedade secreta, as ideias de uma República Rio-Grandense difundiam-se para formar uma federação com a Cisplatina. Apesar de haver alguns republicanos que queriam a separação do Brasil, outros, insatisfeitos com o governo local, jamais intencionaram qualquer ideia de separação com o Império. Porém, conforme Silva, a minoria republicana articulou movimentos que traçaram o rumo da Farroupilha. Ao buscar referências em fontes documentais, João Pinto da Silva cita um manifesto de Bento Gonçalves em 1835, que não deixa dúvida de sua posição monarquista. Essa posição só mudou devido à “realidade dos fatos”.

Depois da deposição de Fernandes Braga e a nomeação de Araújo Ribeiro<sup>111</sup>, a quem Silva desvela elogios, o grande erro teria sido a recusa por parte da Assembleia em dar posse ao novo presidente. A fim de caracterizar os personagens da Revolução Farroupilha, João Pinto da Silva distingue Bento Manoel como não sendo republicano nem separatista, somente querendo a deposição de Fernandes Braga devido à insatisfação da forma que este governava a província. Segundo Bento Manoel havia “anarquistas da capital”. Com essa afirmação de Bento Manoel, Silva pontua sua ideia de que o conflito nasceu na zona urbana e não na zona rural. “Ao contrário da tradição platina, isto é, caudilhesca, a onda revolucionária partiu, aqui, da capital para a campanha”<sup>112</sup>.

Essa posição de que a Revolução Farroupilha originou-se essencialmente na zona urbana e não na zona rural faz parte de uma estratégia de João Pinto da Silva em preservar a representatividade do pampa gaúcho como um espaço inócuo de qualquer pensamento que rompa com o patriotismo ao Brasil. Os produtores rurais seriam apenas vítimas das articulações entre os caudilhos do Prata e uma pequena minoria de indivíduos que tinham a intenção de perturbar as relações do Rio Grande do Sul com o governo central.

A construção de vítimas que João Pinto da Silva faz de personagens como Bento Gonçalves merece atenção. Segundo Silva, Bento Gonçalves queria apenas acalmar os exaltados, embora sua insatisfação também fosse grande perante o governo regencial. Entretanto, ele não mantinha controle diante das forças urbanas, fazendo destoar o movimento. O historiador, embasado principalmente na obra de Alfredo Rodrigues,

<sup>110</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 148

<sup>111</sup> Presidentes da província durante o conflito.

<sup>112</sup> Id ibidem., p. 163

argumenta que alguns pesquisadores acreditam que até a proclamação da república rio-grandense Bento Gonçalves era monarquista, mas depois de 35 tentava tangenciar o impasse criado pelo General Neto. Com as ocasiões suscitadas depois do evento de sua prisão, Bento Gonçalves teria se tornado um autêntico republicano. Contudo, João Pinto da Silva não acredita nessa hipótese. Prefere acreditar que ele não aprovou a Resolução da Assembleia contrária à aprovação de Araújo Ribeiro, acompanhando apenas os amigos, que também eram vítimas de todo esse processo.

Isso fica evidente quando em um trecho do livro, Silva afirma que “a revolução rio-grandense, depois de 20 de setembro de 1835, foi, de parte a parte, uma sucessão de erros políticos e erros militares.”<sup>113</sup>, demonstrando inclusive que Neto não era partidário da República. Para tanto, com a finalidade de tornar sua acepção verídica, cita um documento (que consta em um almanaque organizado sobre a história do estado) direcionado à Câmara Municipal de Pelotas em que afirma sua vontade contra o movimento republicano, cedendo apenas à pressão de amigos e companheiros.

A atitude que exonerou Araújo Ribeiro assumiu as proporções de uma traição ao Império. A intenção realmente de alguns líderes, como Bento Manoel, era de auxiliar os farrapos até o imperador completar a maioridade. É interessante como Silva busca nas fontes a corroboração de suas ideias. Para afirmar a posição de Bento Manoel, cita uma carta de seu filho à mãe, sendo essa um documento acessado por Alfredo Rodrigues, mas que um historiador chamado Emílio Souza Docca (membro do IHGRGS) já havia feito uma leitura do perfil de Bento Manoel como honroso à integridade do Brasil, demonstrando a existência de uma postura interpretativa muito semelhante nos pesquisadores do início do século XX.

Para depor as armas, Bento Manoel e seus companheiros esperavam apenas a maioridade do imperador, acelerando o término do tormentoso período regencial. João Pinto da Silva põe o Rio Grande como um dos responsáveis pela maioridade através de uma provocação, dando ao estado um caráter de protagonista na história do Brasil. “Não foi, de facto a reacção generalizada, aqui mais do que no resto do Paiz, contra os desacertos da Regencia, o que antecipou a declaração de maioridade do Monarca?”<sup>114</sup>.

Quando Pedro II foi coroado, segundo Silva, Bento Gonçalves mantinha acordos com o presidente da província para a deposição das armas. Para legitimar seu argumento, cita um documento em que constam dados de negócios públicos do estado em 1840, onde consta que os políticos da república tinham dificuldades para acionar a máquina administrativa, mudando

---

<sup>113</sup> SILVA, J. op. Cit. 1930, p. 170

<sup>114</sup> Id ibidem, p. 177

constantemente a capital e tendo uma receita variável e modesta devido à diferença constante de território.

João Pinto da Silva assegura que as grandes figuras da Revolução não confiavam mais umas nas outras. Quando Caxias assumiu, perceberam que a República estava perdida. Devido à maioria do imperador em 1840, Bento Manoel não tinha mais compromissos com a revolução e, aliando-se a sua deixa, as tropas farroupilhas iniciaram um processo de extrema miséria, o que, segundo o historiador, demonstrava uma resistência sem igualdade com qualquer outra população.

Ao elencar pontos que demonstram a falta de sustentação da Revolução no Rio Grande do Sul, como a situação penosa das tropas farrapas e o acordo com Caxias, João Pinto da Silva dá término ao seu livro com expressões que evidenciam a brasiliade genuína do Rio Grande do Sul e sua posição patriótica de excelência.

A experiência de um decenário heroico e trágico, em permutas de agressões e de golpes, no mais longo espetáculo de fratricídio de que fala a história nacional, valeu, enfim, de um lado e do outro, por uma terrível, inesquecível prática de brasiliade<sup>115</sup>.

Conforme aponta Mara Rodrigues, a construção de uma memória histórica sobre a Revolução Farroupilha integrada ao Brasil constituía uma das mais importantes funções dos historiadores naquele período de alcada do Rio Grande do Sul nos cenários político e simbólico nacionalmente. Inserir o Rio Grande do Sul em uma memória da recente República era garantir espaços privilegiados nesta<sup>116</sup>. A Revolução Farroupilha, que caracterizava prejudicialmente o Rio Grande, era posta, a partir de construções narrativas, como baluarte do patriotismo gaúcho em relação ao Brasil.

João Pinto da Silva, inserido nesse contexto e no espaço do IHGRGS, participou da construção dessa história ao organizar estratégias narrativas que tornavam a Revolução Farroupilha um exemplo de patriotismo. Ao criar um relato que retira de personagens, como Bento Gonçalves e do General Neto a responsabilidade pelo evento, Silva articula uma memória de responsabilizar atores externos ao Rio Grande, bem como distante do campo, lugar representativo do estado sulino. Para tal fim, encerrou seu livro com a afirmação de que

---

<sup>115</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 200

<sup>116</sup> RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. Revista Tempo. V. 19, n 35. 2013

Longe de debilitar, fortaleceu o Brasil. Deu-lhe, com a vitória integral sobre os pendores centrífugos, sobre as repercussões dos erros da Regência e sobre os exageros dos reacionários extremistas, num dos instantes mais críticos da vida do país, a consciência do vigor orgânico inquebrável da sua profunda unidade territorial e moral<sup>117</sup>.

Logo, a Revolução Farroupilha era percebida como um manifesto de aprendizado aos erros efetuados pelo governo da regência e um exemplo de união de um território que, apesar de seus problemas, mantinha garantido sua moralidade perante as instabilidades que efetuam uma nação. O patriotismo do Rio Grande promovia a liga de união do Brasil.

---

<sup>117</sup> SILVA, J. op. Cit., p. 201

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande* proporcionou verificar não apenas as condições da produção do conhecimento histórico, mas também a utilização da História a determinados fins no Rio Grande do Sul no início do século XX. Quando João Pinto da Silva recebia da editora da Livraria do Globo seu livro em mãos, estava prestes a acontecer a Revolução de 1930, movimento que fez ascender seu amigo Getúlio Vargas ao poder nacional. A construção empreendida no IHGRGS ganhava ressonância na legitimação do novo presidente no governo do Brasil.

João Pinto da Silva participou de um movimento que buscava inserir o Rio Grande do Sul nos eixos simbólicos do Brasil. Utilizando, para isso, a História, o autor acionou estratégias narrativas que valorizaram a cultura, a região e as pessoas do estado sulino, construindo uma imagem do estado à nação. Ao tornar a região um elemento de construção da realidade permeada de sentimentos de participação a uma nação, Silva manifestou seus ardis como escritor.

Tendo como sua principal atividade intelectual a Literatura, João Pinto da Silva articulou seus usos da palavra escrita ao conhecimento histórico. A linha tênue que separa a História da Literatura baseada na verdade foi para ele o principal meio de distinção entre as narrativas. Apesar da aproximação que há entre ambas as expressões escritas, desenvolveu-se ao longo do tempo uma divisão entre essas duas práticas. Enquanto área de imaginação fictícia, a Literatura se dissociou da História quando esta conduziu um discurso sobre o passado corroborado em referências que legitimassem seus usos de verdade.

As escritas de Literatura e História durante algum tempo foram praticadas pelos mesmos indivíduos no Brasil, construindo um senso de nacionalidade que permeou os discursos daquelas redações no século XIX. Durante o início do século XX, essas narrativas foram permeadas pela perspectiva regionalista, que buscava incorporar diferentes manifestações culturais a um mesmo complexo heterogêneo que conjugaria a nação brasileira. Nessa atividade, a função do crítico literário assumia primazia perante a reflexão da literatura desenvolvida em sua região. Reconhecido crítico literário, João Pinto da Silva arregimentou um discurso de valorização das belas-letras do Rio Grande do Sul.

Essa intenção, contudo, não foi inócua, visto que perspectivas políticas (mas não apenas) de alçar o Rio Grande do Sul a um papel de maior destaque no cenário nacional era o objetivo de grupos de intelectuais. Esse projeto conquistou o auxílio de vários intelectuais

sulinos que se dedicaram à tarefa de forjar um estado que, devido a seu histórico separatista, representasse uma imagem essencialmente brasileira.

Reunidos no IHGRGS, grupos de letrados iniciaram a legitimação da história do Rio Grande do Sul como um estado fiel ao Brasil desde sua gênese até o bastião de suas vicissitudes. A História do estado foi interpretada como genuinamente pertencente às raízes que moldaram o Brasil. Como membro desse espaço intelectual, João Pinto da Silva integrou-se na construção desse discurso amigável.

Ao lançar o livro *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande*, o historiador construiu a sua leitura do passado do estado, conforme as exigências que seu contexto punha, colocando, para tanto, a presença de suas ideias referentes à história do Rio Grande do Sul. A própria palavra interpretação que está presente no título de seu livro, transmite a ideia de um olhar subjetivo ao passado, contribuindo, assim, para entender a noção de história desse historiador. Na introdução de seu livro, essas percepções são latentes, visto que, ao discutir a relatividade da verdade histórica expõe alguns argumentos que são pertinentes ainda hoje ao ofício do historiador. Algumas questões, contudo, são próprias de seu discurso intrinsecamente conectado ao contexto em que se encontrava e ao lugar social de onde emanava sua pesquisa.

O patriotismo, ao ser concebido por João Pinto da Silva como uma prática de interferência à verdade histórica e a tentativa de rechaçá-lo na sua escrita, é percebido como algo que efetivamente e forçadamente esteve presente ao longo de toda a sua redação. A sua intenção de praticar uma neutralidade foi esvaída no momento em que construía elementos que exaltava a representação do Rio Grande do Sul como um estado essencialmente patriótico em relação ao Brasil. O leitor mais atento logo percebe que a convicção de neutralidade patriótica e o patriotismo do estado à nação são contrassensos, já que a discussão sobre a isenção de patriotismo na escrita da história e a sua concepção patriótica do Rio Grande encontram-se ambas no livro, apesar da perspectiva metodológica estar presente no início e o desenvolvimento da ideia de amor à pátria estar ao longo da redação. Sua contradição leva a questionar os propósitos de suas escritas. Afinal, qual é a postura defendida pelo autor?

Ao construir uma imagem positiva da paisagem e do personagem do Rio Grande do Sul, Silva constrói uma representação que visa à busca de uma autêntica brasiliade da história do estado. Apesar de não ser mais o Brasil e nem tampouco o Prata, o Rio Grande do Sul assume uma característica singular que poderá ser utilizada de forma benéfica a quem ele se aproximar. Essa aproximação ocorreu para o Brasil, visto que a sua trajetória histórica é muito mais semelhante a esse país. A provocação do historiador é de que cabe ao Brasil

compreender definitivamente a contribuição que o estado tem a fornecer à nação devido à formação de seus habitantes e a sua história de defensor das linhas fronteiriças do Brasil.

Entretanto, a difícil tarefa de João Pinto da Silva foi construir uma narrativa que representasse a Revolução Farroupilha não como um movimento separatista, mas sim como um conflito originado pela insatisfação dos rumos que o Brasil tomava. As estratégias criadas pelo autor de completo reverso da leitura das fontes, construindo argumentos implausíveis só afirma a opinião de que seu esforço de integrar o Rio Grande ao Brasil a partir de uma narrativa histórica surge de um contexto que faz suas exigências de forma alarmante. Afinal, Bento Gonçalves sofria de crises de amnésia e era uma grande vítima dos caudilhos?

A necessidade de afastar a noção de que o Rio Grande do Sul era um espaço formado por caudilhos fez com que o historiador se debruçasse em culpabilizar o fator externo do caudilhismo como responsável pelo desvirtuamento da índole dos homens da campanha sul-rio-grandense. Símbolo máximo do estado, o pampa deveria sair incólume das ofensivas referentes à Revolução Farroupilha.

Ao escrever uma história do Rio Grande do Sul, João Pinto da Silva construiu argumentos que caracterizaram seu papel como historiador. Embora expresse a sua subjetividade ao longo de sua narrativa, Silva conjuga um conceito de história como *magistra vitae*, assim como seus colegas do IHGRGS, manifestando seu pensamento em relação à história. Aplicando essa ideia no seu texto, tornou possível depreender que o passado do Rio Grande era repleto de exemplos que deveriam ser seguidos pelo resto do Brasil. O conceito de História de João Pinto da Silva torna-se, nesse momento, um pouco dúvida. Qual era realmente a sua perspectiva de História? Na introdução apresentava uma concepção, mas ao longo de seu texto utilizava outro conceito? Seriam ambas aceitas pelo historiador ou alguma adviria da exigência do lugar social de onde produzia seu texto? Qualquer resposta peremptória esvaeceria as dúvidas que tornam a atividade historiográfica um trabalho de recomposição.

Escrever um trabalho sobre historiografia proporciona não apenas refletir sobre as elucubrações e condições sociais a que um historiador produz suas obras, mas também pensar sobre a profissão contemporaneamente, aludindo sobre o que escrevemos e para que escrevemos, tornando esse um exercício introspectivo a fim de consolidar o posicionamento acerca de seu ofício na sociedade e em que sentido ele contribui a esta.

Sabe-se que João Pinto da Silva tinha a intenção de lançar uma nova edição de seu livro com “mudanças substanciais” no final da década de 1940<sup>118</sup>. Um novo contexto exigiria

---

<sup>118</sup> Em cartas trocadas com seu amigo Moysés Vellinho, João Pinto da Silva demonstra sua intenção de uma nova reedição de seu livro com “modificações substanciais”. Cf. VELLINHO, C. op. Cit., p. 51

uma nova História? Assim como o historiador, tem-se a ideia de que este trabalho não é uníssono e novas interpretações podem advir de uma análise d'*A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande.*

## REFERÊNCIAS

- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Do simbolismo ao modernismo*. In: A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo. Porto Alegre. Edipucrs, 1997.
- BOEIRA, Luciana. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989
- BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação - Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra: 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro. 2 ed. Forense Universitária, 2008.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2006.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição da memória disciplinar*. In: História Cultural: experiências de pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento (Org.) et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUTFREIND, Ieda. A *Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ed. Da PUC –Rio, 2006.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1975

MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS/IEL, 1978. P. 443-444

MARTINS, Jefferson Teles. *A questão da identidade regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico rio-grandense na década de 1920*. Santa Maria: ANPUH, 2010 (Comunicação X Encontro Estadual de História).

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese de Doutorado. PUCRS, 2015.

MURARI, Luciana. *A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense*. In: Revista Anos 90. Porto Alegre. V. 17, n 32. 2010.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)*. In: História Cultural: experiências de pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento (Org.) et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais*. Revista Tempo. V. 19, n 35. 2013

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à História: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2006.

ROSA, Othelo. *A formação do Rio Grande do Sul*. In: PILLA, Luiz. Fundamentos da Cultura Rio-Grandense. 2<sup>a</sup> série. Porto Alegre: Imprensa Universitária UFRGS, 1957.

SILVA, João Pinto da. *Estalactites*. Porto Alegre. Fratelli Massimino, 1910.

SILVA, João Pinto da. *Vultos do meu caminho*. Porto Alegre. Globo, 1918.

SILVA, João Pinto da. *Bolhas de Espumas*. Porto Alegre. Globo, 1920.

SILVA, João Pinto da. *Fisionomia dos “Novos”*. São Paulo. Monteiro Lobato, 1922.

SILVA, João Pinto da. *História Literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Globo, 1924.

SILVA, João Pinto da. *A Província de São Pedro – interpretação da história do Rio Grande*. Porto Alegre. Globo, 1930

SILVEIRA, Cássia. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XX*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2008.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe do futuro*”: *A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: as identidades nacionais*. Revista Anos 90. Porto Alegre. N 15 2001/2002

TIEGHEM, Paul Van. *Crítica literária, história literária, literatura comparada*. In: Coutinho, Eduardo F. & Carvalhal, Tania Franco (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores – Rio de Janeiro*: Rocco, 2011. 2<sup>a</sup> ed

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933.

VELLINHO, Camila Lima. *Modernismo e regionalismo na crítica literária sul-rio-grandense*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2007

VELLINHO, Moysés. *Capitania D'el rei, aspectos polêmicos da Formação Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte. Fino Traço Editora, 2012.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

## PERIÓDICO

Jornal *A Federação* – órgão do Partido Republicano. Porto Alegre